



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

Linha de pesquisa

Modernização agrícola: reorganização espacial e relações de trabalho

**AGROECOLOGIA E CAMPESINATO:
TERRITORIALIDADES EM BOA VIAGEM,
RECIFE – PE**

ANTONIELLE PINHEIRO DA CUNHA

GUARABIRA, 2010

ANTONIELLE PINHEIRO DA CUNHA

**AGROECOLOGIA E CAMPESINATO: TERRITORIALIDADES
EM BOA VIAGEM, RECIFE – PE**

Monografia apresentada como
requisito para obtenção do título de
Especialista em Geografia
Universidade Estadual da Paraíba, no
curso de especialização Geografia e
Território: Planejamento Rural,
Urbano e Ambiental.

ORIENTADORA:

PROF^a MSc AMANDA CHRISTINNE N. MARQUES

GUARABIRA, 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE

C972a Cunha, Antonielle Pinheiro da

Agroecologia e campesinato: territorialidades em Boa Viagem, Recife – PE/ Antonielle Pinheiro da Cunha. – Guarabira: UEPB, 2010.

73f. II. Color

Monografia Especialização (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

ANTONIELLE PINHEIRO DA CUNHA

**AGROECOLOGIA E CAMPESINATO: TERRITORIALIDADES
EM BOA VIAGEM, RECIFE – PE**

Banca examinadora:

Prof^a. Msc Amanda Christinne N. Marques (Orientadora)

Professora do Programa de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano Rural e Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, IFAL, campus Satuba.

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Professor do Programa de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano Rural e Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba e do Departamento de Geografia – UEPB

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba UFPB e do curso de Geografia - UFPB

GUARABIRA, 2010

**COORDENAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:
 PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL
 FICHA DE AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA**

NOME DO CURSO: Especialização em Geografia Território Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental
UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE GEO-HISTÓRIA
COORDENADOR (A): Luciene Vieira de Arruda

MONOGRAFIA	
AUTOR (A): Antonielle Pinheiro da Cunha	
ORIENTADOR (A) TITULAÇÃO: Prof ^{ra} Ms. Amanda Christinne Nascimento Marques	
TÍTULO: Agroecologia e campesinato: as territorialidades dos agricultores em Boa Viagem, Recife - PE	LINHA DE PESQUISA: Modernização agrícola: reorganização espacial e relações de trabalho
RESUMO	
<p>O presente trabalho é resultado da pesquisa monográfica do curso de Especialização em Geografia e Território, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Tem o objetivo de analisar o processo de transição agroecológica dos agricultores que comercializam seus produtos na feira agroecológica no bairro de Boa Viagem, no Recife, Pernambuco. Ao longo da análise, partimos de alguns questionamentos, a exemplo da percepção dos agricultores como produtores do espaço agrário e de distintas territorialidades. Através de pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas, são abordadas as questões sobre território e as práticas e discursos da agricultura convencional e da agroecologia. Além desse aparato metodológico, partimos do ponto de vista teórico das reflexões realizadas por Altieri (2001), Gliessman (2005), ao discutirem a agroecologia, bem como Souza (2005) e Santos (2005) a respeito do conceito de território, além de Morin (2007) e Leff (2001) quando tratam sobre a ciência e diferentes saberes. Nos resultados a maioria dos agricultores demonstra que apesar das dificuldades inerentes ao processo de transição, a melhoria de qualidade de vida e do nível de renda de suas famílias foi significativa. Destaca-se a necessidade de reflexões geográficas sobre estes processos no meio rural e urbano.</p> <p>Palavras-chave: Agroecologia, agricultura convencional, território.</p>	
DATA DE APRESENTAÇÃO: 01/10/2010	
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO	
PROFESSORES:	ASSINATURAS:
	Notas
Prof ^{ra} Ms. Amanda Christinne Nascimento Marques	9,0
Prof ^o Dr. Belarmino Mariano Neto - UEPB	9,0
Prof Dr ^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues	9,0
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO (A) ALUNO (A):	9,0
Observações:	

Guarabira, 01 de outubro de 2010

Prof^aDr^a Luciene Vieira de Arruda
 Coordenador(a) da Especialização


Luciene Vieira de Arruda
 COORD. ESP. GEOGRAFIA
 MAT. 3224881 - CH - UEPB

Dedico a todos que me ajudam a acreditar que vale a pena lutar por uma vida plena e um mundo mais harmonioso, através do amor, da humildade e da caridade.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, a meus guias, a todas as correntes de luz e meus mestres por iluminarem meus passos para alcançar e percorrer este caminho.

Agradeço a meus pais pelo amor e o apoio incondicional aos meus estudos e a minha formação durante toda minha vida.

Agradeço a Murilo Avelar, pelo companheirismo, pela dedicação, paciência e amor na caminhada para tornar-me uma pessoa melhor e a conquistar tantas vitórias no dia-a-dia.

Agradeço a minha “mãe” Verônica e minha madrinha D. Nova, pelo acolhimento e pelos exemplos de humildade, alegria e determinação.

Agradeço a todos os agricultores que colaboraram e fizeram parte da realização desta pesquisa, em especial “Seu” Severino, D. Josefa, e “Seu” Paulo, que abriram as portas de suas casas para me receber em Vitória de Santo Antão.

Agradeço ao Prof. Belarmino Mariano, por acreditar em alguém que veio de tão longe. A Prof^a. Luciene Arruda, pela dedicação na organização deste curso. A Prof^a Amanda Marques pela paciência e pela orientação neste trabalho. A Prof^a Maria de Fátima Ferreira, por aceitar dar sua colaboração nesta pesquisa. Enfim a todos os professores (as) do curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental pelo apoio na minha formação e pela compreensão das dificuldades enfrentadas na jornada semanal de viagens de Recife para Guarabira.

Geografia. **AGROECOLOGIA E CAMPESINATO: Territorialidades Em Boa Viagem, Recife – Pe.** Monografia (Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental).

Linha de pesquisa: Modernização agrícola: reorganização espacial e relações de trabalho

Autora: ANTONIELLE PINHEIRO DA CUNHA

Orientadora: Prof^ª. Msc Amanda Christinne N. Marques – DGH/UEPB, IFAL

Banca examinadora: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – DGH/UEPB

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – DGEOC/UFPB

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa monográfica do curso de Especialização em Geografia e Território, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Tem o objetivo de analisar o processo de transição agroecológica dos agricultores que comercializam seus produtos na feira agroecológica no bairro de Boa Viagem, no Recife, Pernambuco. Ao longo da análise, partimos de alguns questionamentos, a exemplo da percepção dos agricultores como produtores do espaço agrário e de distintas territorialidades. Através de pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas, são abordadas as questões sobre território e as práticas e discursos da agricultura convencional e da agroecologia. Além desse aparato metodológico, partimos do ponto de vista teórico das reflexões realizadas por Altieri (2001), Gliessman (2005), ao discutirem a agroecologia, bem como Souza (2005) e Santos (2005) a respeito do conceito de território, além de Morin (2007) e Leff (2001) quando tratam sobre a ciência e diferentes saberes. Nos resultados a maioria dos agricultores demonstra que apesar das dificuldades inerentes ao processo de transição, a melhoria de qualidade de vida e do nível de renda de suas famílias foi significativa. Destaca-se a necessidade de reflexões geográficas sobre estes processos no meio rural e urbano.

Palavras-chave: Agroecologia, agricultura convencional, território.

Lista de Ilustrações

Foto 1. Visão geral da feira de Boa Viagem e parte da praça Jules Rimet	47
Foto 2. Trabalho manual de retirada de plantas invasoras	50
Foto 3. Extermínio de plantas invasoras através de herbicidas	51
Foto 4. Composto orgânico em processo de decomposição	52
Foto 5. Biofertilizante a base de esterco bovino	52
Foto 6. Biofertilizante feito da casca da mamona	53
Foto 7. Sistema de irrigação por microaspersão e curvas de nível	53
Foto 8. Produtos beneficiados por agricultores do EABV	57
Foto 9. Trabalho acessório na propriedade de Severino F. M.	58
Foto 10. Monocultivos de coentro nos sítios de Mocotó	64
Foto 11. Diversificação dos cultivos	64
Foto 12. Convívio entre os agricultores e consumidores no EABV	65
Quadro 1: Dificuldades envolvidas na comercialização	62

Lista de Tabelas

Tabela 1. Grau de escolaridade dos agricultores	48
Tabela 2. Tamanho das propriedades e características das áreas cultivadas	49
Tabela 3. Produtos Comercializados antes e depois dos processos de TA	55

Lista de siglas

EABV – Espaço Agroecológico de Boa Viagem

IPA – Instituto Pernambucano de Agropecuária

ProRural – Programa de apoio ao pequeno produtor rural

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ONG – Organização Não-Governamental

TA – Transição Agroecológica

NPK – Nitrogênio, fósforo e potássio

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. Território e campesinato: as relações entre sociedade e as formas de dominação/apropriação da natureza	18
2.1.O território como forma de apropriação ou de dominação da natureza.....	19
2.2. O papel do campesinato no processo de apropriação da natureza	22
3. A relação sociedade-natureza na agricultura convencional e na agricultura de base ecológica	28
3.1.O pensamento cartesiano e a lógica capitalista de dominação da natureza: bases da agricultura convencional	28
3.2. A relação sociedade-natureza nas concepções agroecológicas	37
4. Práticas agroecológicas em Pernambuco: o caso do Espaço agroecológico de Boa Viagem	44
4.1. As práticas dos agricultores camponeses nos processos de transição agroecológica.....	45
5.Considerações Finais	68
Referências	70
Apêndice	74

1. INTRODUÇÃO

Na primeira década no novo milênio a urgência de problemas recorrentes como a devastação da biodiversidade, a fome, a miséria, a desigualdade no acesso e uso dos recursos naturais e produzidos, nos mostra que os problemas advindos dos tipos de relações estabelecidas pela humanidade consigo mesma e com a natureza (principalmente na era moderna-colonial) há muito vêm sendo discutidos, sem haver, entretanto, ações para amenizá-los ou solucioná-los a altura do necessário.

As questões do acesso a terra e do estabelecimento de formas de produção mais integradas com o ecossistema, que primam pela saúde humana e ambiental e que não coloquem em risco a extinção da biodiversidade são abordadas com enfoques e interesses distintos. Por um lado, há uma visão reformista, nascida no próprio sistema capitalista, de que com o avanço da biotecnologia e o uso intensivo de capital podem-se resolver os problemas de produção de alimentos, sem ameaças à biodiversidade, através de projetos de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, há a crítica que a lógica de produção da agricultura moderna, como a introdução de insumos químicos, contribuiu para a degradação ambiental e dos modos de vida de populações tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. São conjuntos de conhecimentos e práticas de diversos campos, como na Agroecologia, que apresentam uma abordagem sistêmica da agricultura, com formas de cultivo que se baseiam na observação e nos ciclos da própria natureza.

Em Pernambuco, assim como nas grandes regiões agrárias do país prevalecem processos de territorialização definidos pelos latifundiários e o agronegócio, no caso pernambucano, principalmente dos grandes produtores da cana-de-açúcar e usineiros. Os camponeses, excluídos por esta forma de uso do território têm seu conhecimento e trabalho desvalorizados ou muitas vezes ficam submetidos à lógica da grande produção.

Em contrapartida, vem se destacando circuitos de produção e comercialização/distribuição - que por muitos são chamados de novos - distintos da lógica da modelo de agricultura convencional, não sustentável que remontam aos estilos

de produzir de algumas gerações anteriores aliados aos conhecimentos ecológicos modernos. Sabe-se uma das bases do conhecimento agroecológico é o saber tradicional sobre a agricultura acumulado por gerações de camponeses ao longo dos tempos. Assim o que há de novo nas práticas agroecológicas é a abordagem destes saberes tradicionais, aliados as descobertas do conhecimento científico moderno. (GLIESSMAN, 2005), (ALTIERI, 2002).

São agricultores camponeses que adotam processos de transição agroecológica (TA), rompendo com o modelo da agricultura industrial imposto pela Revolução Verde e conseqüentemente, promovendo uma “fratura/ruptura” no movimento de monopolização do território pelo capital. Uma vez que os agricultores camponeses tendem a cortar a dependência de insumos externos, tanto dos agroquímicos quanto de gêneros alimentícios, que agora passam a ser produzidos por eles mesmos.

Exemplo disto é o crescimento das feiras de alimentos orgânicos/agroecológicos, em todo o país, fenômeno notado também no Recife. No bairro de Boa Viagem a cerca de nove anos realiza-se uma destas feiras, todos os sábados, com camponeses provenientes de municípios próximos a Recife, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Lagoa de Itaenga, Bom Jardim e Abreu de Lima, cidades da Zona da Mata Pernambucana.

A partir das observações das mudanças trazidas por estas “novas” práticas no meio rural e sua inserção comercial nos centros urbanos, pretende-se investigar a maneira como a mudança da agricultura convencional para as práticas agroecológicas interferem na organização territorial dos agricultores camponeses que trabalham no “Espaço Agroecológico” do bairro Boa Viagem (EABV).

Tal reflexão parte da análise dos depoimentos, colhidos em entrevistas, destes camponeses para analisar como a introdução de práticas agroecológicas influenciou na construção do território e da qualidade de vida no meio rural. Ou seja, estudar a visão dos agricultores camponeses agroecológicos sobre si mesmos quando produziam de forma convencional e agora diante do processo de construção de territorialidades distintas das impostas pela lógica da agricultura convencional.

Os exemplos de trabalho de algumas ONG's e associações são provas que as experiências de transição agroecológica tem trazido uma melhoria de qualidade de vida

dos agricultores camponeses e a valorização de questões negligenciadas, como: solidariedade, gênero, saberes locais e empíricos. Portanto, trabalhos que busquem saber qual a visão do camponês em relação a estes processos de transformações sócio-espaciais são importantes para referendar tais mudanças e para ampliar o diálogo e troca de conhecimentos sobre as teorias e vivências entre agricultores camponeses, estudiosos e agentes de capacitação técnica.

Afinal é a partir da aproximação e do (re)conhecimento do outro, de relações dialógicas (FREIRE, 1983), que surgem espaços para novas formas de mobilização social, cooperação, associativismo nos quais se discuta os problemas que envolvem a produção agroecológica. O intercâmbio entre os diversos sujeitos acima citados é fundamental para a avançar e consolidar ações coletivas para transições agroecológicas e para construção de um meio rural mais igualitário e equilibrado.

A pesquisa em torno das práticas agroecológicas na região é necessária para dar base a novas abordagens para o desenvolvimento agrário e para políticas públicas locais e regionais. Uma vez que a própria Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), da Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário já colocou a Agroecologia como linha norteadora de suas ações.

Acredita-se que os subsídios e conceitos advindos da ciência geográfica, como conceito de território e as leituras de geografia agrária, foram fundamentais para ampliar a perspectiva crítica agroecológica e seu papel para transformação da realidade no meio rural. Assim como a interpretação dos espaços agroecológicos coloca a geografia novos desafios na compreensão deste “novo rural”.

A emergência de um pensamento cada vez mais complexo e a transgressão das fronteiras disciplinares como aponta Morin (2007) é outro ponto que reforça a necessidade de aproximação entre tais campos do saber.

O presente trabalho é fruto das reflexões elaboradas na monografia do curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Rural, Urbano e Ambiental. Para elaboração deste, foi adotada uma análise teórica dos conceitos de território, abordado por Souza (2005), Haesbaert (2005), Mazzeto (2007) e Santos (2005), a noção

de campesinato a partir das leituras de Chayanov (1981), Martins (1995) e Oliveira (2001), além das reflexões sobre a questão da Agroecologia feita por Altieri (2002), Gliessman (2005), Lima (2008), entre outros.

A opção de estudo deste espaço se deu por esta ser a segunda feira mais antiga do Recife e que até então não tinha sido objeto de um estudo mais sistemático, como já vêm acontecendo no “Espaço Agroecológico da Graças”, o mais antigo da cidade do Recife. A metodologia do trabalho foi dividida em duas partes, a primeira a observação da rotina da feira e aplicação de entrevistas estruturadas (em anexo) em junho de 2010, a quatorze agricultores camponeses.

Em um segundo momento, realizou-se visita de campo entre os dias 3 e 6 de julho de 2010 na região dos Sítios de Mocotó, em Vitória de Santo Antão, a cerca de 60 km do Recife, onde se localizam propriedades de três famílias que comercializam seus produtos no EABV, entre eles Seu Severino F. M., coordenador do espaço. Este trabalho de campo permitiu uma análise mais aprofundada a respeito das transformações vividas no território rural a partir da mudança das práticas dos agricultores. Uma vez que durante a feira não se tem muito tempo para conversar com cada agricultor camponês que estão no seu momento de trabalho e tem que atender os consumidores.

As entrevistas estruturadas e semi-estruturadas que destacaram pontos como: os tipos de plantas cultivadas; o uso de insumos internos e/ou externos; as condições do meio ambiente local (solo, água, clima); os tipos de divisão do trabalho; qualidade de vida; valorização do saber local; condições de assistência técnica e comercialização; as formas de organização coletiva; características da infra-estrutura da propriedade; as relações com o entorno; tipos de planejamento, etc. A análise dos resultados baseia-se nas idéias de (CHIZZOTTI, 2006) para interpretar e confrontar as falas dos entrevistados e de trechos dos depoimentos orais os cenários existentes antes e depois dos processos de transição agroecológica e suas respectivas territorialidades. Além do uso de imagens fotográficas para ilustrar as mudanças no território.

Intenta-se compreender como cada um destes enfoques possibilitam diferentes formas de (re)produção e dominação/apropriação do espaço, de (re/des)construção de territórios. Para tanto, destaca-se no primeiro capítulo as noções teóricas sobre território e campesinato que embasam esta reflexão. No segundo capítulo são abordados os aspectos do processo de apropriação da crítica ambiental pela lógica produtiva do

sistema capitalista e o papel da ciência e da agricultura moderna na cisão e depreciação das relações homem/natureza. E em contrapartida são explicitadas quais tem sido as propostas apresentadas por ‘novos’ campos do saber como a Agroecologia. No terceiro capítulo apresenta-se os resultados obtidos com a pesquisa empírica no Espaço Agroecológico de Boa Viagem, finalizando com a análise das distintas territorialidades proporcionadas pelas práticas da agricultura convencional e da agricultura de base agroecológica.

2. TERRITÓRIO E CAMPESINATO: AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E AS FORMAS DE DOMINAÇÃO/APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

Os dilemas vividos no mundo rural no Brasil, especialmente em Pernambuco, são perpassados por visões divergentes sobre os caminhos para o desenvolvimento rural configurando-se territorialidades distintas de acordo com concepção dos diversos grupos que habitam este meio.

A Zona da Mata Pernambucana foi e é marcada pela expansão do latifúndio canavieiro e por uma estrutura fundiária extremamente desigual, com a maior parte das terras pertencentes a usineiros ou fornecedores de cana. O espaço da agricultura de subsistência dos camponeses sempre foi reduzido e constantemente alvo de expropriação. Restaram a estes sujeitos, na maior parte dos casos, as terras menos produtivas e, nas últimas décadas, a dependência de capital e de insumos do pacote tecnológico da Revolução Verde para manter sua produção.

Os processos de transição agroecológica que vem surgindo não só nesta região, mas em todo o estado, trazem novos elementos para compreensão da dinâmica territorial e das relações entre o ser humano e a terra na visão dos camponeses. Uma reflexão de tal processo prescinde de uma discussão teórica acerca dos conceitos de território e campesinato que embasam tal análise. Para tanto, estabelecemos um diálogo com autores que tratam acerca de dois conceitos, território e campesinato, que são imprescindíveis para entendermos a questão agrária no Brasil.

Autores como Souza (2005) quando tratam da construção do território como partículas de poder, bem como Haesbaert (2005), Mazzeto (2007), quando discutem o território como expressão de apropriação ou dominação e habitat ou mercadoria. No que diz respeito à discussão de campesinato, destacamos autores como Oliveira (2001), Martins (1995), quando afirmam que o campesinato é uma classe que tem se reproduzido a partir das próprias contradições do sistema capitalista e lutam para que a renda da terra camponesa não seja apropriada pelo capital.

2.1. O território como forma de apropriação ou de dominação da natureza

O conceito de território é amplamente utilizado pela Geografia e outras ciências sociais para conceber as relações entre sociedade e espaço/natureza. Historicamente, este conceito foi associado à idéia de “território nacional” ou áreas sobre domínio de Estado, ou ainda as noções de poder, controle (SOUZA, 2005). Entretanto, na noção de território aqui defendida, ressalta-se que este se refere às formas de apropriação social do espaço que guardam tanto uma dimensão funcional (política/ideológica), quanto uma dimensão simbólica.

Para Souza (2005, p.78) o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Entretanto, este autor esclarece, a partir de leitura de Hannah Arendt, que a idéia de poder não é necessariamente atrelada a noção de violência ou de dominação, mas que o poder é inerente a existência de qualquer comunidade política, uma vez que seja legitimado. Para além da visão clássica de território na Geografia Política, a territorialidade do Estado-nação, o território pode ser visto como um campo de forças, uma rede de relações sociais, com grande complexidade interna, que determina simultaneamente um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” e os “outros”. (SOUZA, 2005)

Nesta perspectiva, de território como rede de relações, campo de forças é possível que não haja necessariamente uma superposição de tais redes e campos com o substrato material, o espaço concreto. Os territórios “são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos” (SOUZA, 2005, p. 87), por isto mesmo, podem formar-se e dissipar-se em diferentes escalas temporais, ser mais ou menos estáveis e até mesmo ter uma existência periódica, sazonal sobre um mesmo espaço concreto. Uma vez que em o território é visto como instrumento de poder fica colocada a questão: “quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?” (SOUZA, 2005, p. 79).

Haesbaert discute que o conceito de território a partir das noções de dominação e/ou apropriação trabalhadas por Henri Lefebvre. Para ele o território também se relaciona com poder, não apenas no sentido tradicional de poder político, mas abrangendo tanto poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido mais

simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005). Ele mostra a discussão feita por Lefebvre que:

distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (...). Como decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. (HAESBAERT, 2005, p. 02).

Deste modo, o território encontra-se delineado por relações de dominação e/ou apropriação entre sociedade e espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p. 95-96). Ressalta ainda que no pensamento lefebvriano que a apropriação deveria prevalecer sobre a dominação, mas que a dinâmica do sistema capitalista faz com que a última prevaleça sobre a primeira, diminuindo as possibilidades de “reapropriação” dos espaços transformados em mercadoria.

Deste modo, o território apresenta-se sobre uma multiplicidade de manifestações, produzindo e sendo produzido por processos funcionais e simbólicos. Assim sua compreensão envolve saber quem são os múltiplos sujeitos nele envolvidos, e como estes agem ao longo do tempo e do espaço. Haesbaert (2005) resume diferentes visões do território, historicamente:

as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2005, p. 05).

Além do movimento, dos fluxos, da distribuição das redes serem fundamentais para a construção e compreensão do território na atualidade, a sobreposição destes

múltiplos territórios em diversas escalas espaço-temporais compõem, o que Haesbaert (2005) chama, a multiterritorialidade.

Santos (2005) faz uma leitura crítica e ampla sobre o território e seu papel na renovação das ações sociais. Para ele “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 137). Evoluiu-se da noção antiga de Estado Territorial, para a noção de transnacionalização do território, “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (SANTOS, 2005, p. 137).

Para Santos “o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 138). Ações estas que são cada vez mais informadas e normatizadas. Este novo funcionamento do território é marcado pela presença de horizontalidades e verticalidades. “As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 2005, p. 140). A partir destas idéias, Santos chama a atenção para a contraposição da noção de espaço banal, o território de todos, à noção de rede, território de formas e normas a serviço de alguns. São os mesmos lugares, porém sobre funcionalizações distintas, que formam as redes e o espaço banal – estabelece-se um acontecer simultâneo marcado pela dialética entre horizontalidades e verticalidades, por formas de controle “local” ou oriundas de lugares distantes.

Essa dialética se afirma mediante um controle “local” da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território (...). Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus *relais* nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens.(SANTOS, 2005, p. 141).

A leitura de Mazzeto (2007), ao fazer uma reflexão sobre os territórios agrários distingue, a partir de uma análise de diversas noções sobre território, as idéias de território-mercadoria e território-habitat. O primeiro estaria ligado à racionalidade dominante em nossa história agrária, dos ciclos agro-exportadores, baseados na

monocultura e no latifúndio, o que hoje se intitula agronegócio. Já o território-habitat (habitat como o lugar de habitação, refúgio, trabalho, do desenrolar da vida), seria herdeiro de “nossas campesinidades indígenas e mestiças, que orbitam nas franjas dos latifúndios e nos espaços marginais, isolados e formaram as chamadas comunidades rurais” (MAZZETO, 2007, p. 217). Percebe-se que tais distinções acompanham os sentidos das noções lefebvrianas de dominação e apropriação acima explicitadas.

As leituras apresentadas têm em comum a idéia de que o território não é um conceito, nem um conjunto de ações inertes, estático. Pelo contrário, como campo de força, de relações sociais de dominação e/ou apropriação, de horizontalidades e verticalidades o território é antes “uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica” (SANTOS, 2005, p. 137).

Dependendo da posição que se adota pode-se olhar para o território, ou para as múltiplas territorialidades que se justapõem em uma área, ressaltando seus aspectos mais funcionais, político-ideológicos, ou simbólicos, de representação do espaço vivido. O presente estudo não tem a pretensão de abarcar a totalidade das territorialidades encontradas nos espaços em processo de transição agroecológica, mas antes apontar como se delineia a dialética entre tais aspectos, entre as relações de dominação e/ou apropriação nestas áreas a partir da perspectiva de seus próprios moradores.

São justamente os confrontos entre o território como forma de dominação ou apropriação, de habitat ou mercadoria que marcam as expressões do campesinato. Esta é uma classe que se apropria do território, que o utiliza enquanto habitat. A lógica da reprodução capitalista no campo permite que o campesinato se perpetue, entretanto, impondo amarras a sua autonomia na organização do território, colocando o capital como definidor das territorialidades camponesas, como se discute a seguir.

2.2. O papel do campesinato no processo de apropriação da natureza

Os processos de dominação e/ou apropriação da terra pela sociedade não perpassam apenas o conceito de território, mas ajudam também a distinguir o conceito de camponês utilizado neste estudo. Este é um termo, polêmico e muitas vezes escorregadio, mas a escolha por usá-lo entre outros como, agricultor familiar ou

pequeno agricultor é bem definida por Mazzeto (2007) ao tratar de populações mestiças, indígenas, posseiros, etc:

A noção de pequeno produtor, pela fragilidade que a noção de tamanho do estabelecimento encerra, vem sendo cada vez menos usada. A noção de agricultura familiar, que a vem substituindo (no debate teórico e, principalmente, no âmbito das políticas públicas), tem o problema de ser fundamentalmente uma categoria econômica (um conceito fraco do ponto de vista histórico, político, cultura e ecológico) e, por isso, nem sempre se referir a essa identidade que experimenta o território como habitat e que eu chamo, genericamente, de camponesa (MAZZETO, 2007, p. 219).

Uma das características básicas que perpassam os diversos conceitos de campesinato é a do trabalho familiar, com a produção de gêneros necessários para a sua manutenção. Não se emprega trabalhadores pagos, e os excedentes produzidos são utilizados para a aquisição daquilo que não se obtém pelo trabalho na unidade familiar. A renda na propriedade camponesa corresponde ao produto do trabalho familiar (CHAYANOV, 1981). Nas unidades produtivas camponesas as relações de trabalho são bem distintas das do trabalho alienado para (re)produção de capital:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor-de-uso, pois é como atividade orientada da transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família, não se realiza a separação do trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo (TAVARES, 1978: p. 33-34, apud OLIVEIRA, 2001, p. 56)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), a partir da leitura do trabalho, *Colonos do Vinho*, de Tavares dos Santos, mostra como a própria característica do trabalho familiar possibilita a articulação com outras relações de trabalho (como o trabalho assalariado, trabalho acessório, a ajuda mútua e parceria) ampliando a complexidade das relações na unidade camponesa.

Dada a sazonalidade da demanda e da jornada de trabalho nas propriedades camponesas, há períodos em que a mão-de-obra familiar torna-se insuficiente para realizar todas as atividades necessárias, como épocas de colheita, faz-se indispensável a contratação de mão-de-obra temporária, a parceria ou ajuda mútua. Do mesmo modo,

em períodos com menor número de atividades, o camponês torna-se assalariado temporariamente, realizando um trabalho acessório, como forma de complementar o rendimento familiar. Em ambos os casos, o assalariamento não destitui o caráter predominante do trabalho familiar. Além disto, é preciso compreender que em muitos casos o camponês que contrata não é um capitalista, assim como o trabalhador temporário pode não ser um expropriado, como é exposto em Oliveira:

Para além da aparência de assalariamento é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas se destina ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo na unidade produtiva camponesa, não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar. (...) Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite. Pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como o seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês (TAVARES, 1978, p. 43-44, apud OLIVEIRA, 2001, p. 58-59).

Entre outras características destaca-se também a socialização camponesa, na qual as crianças aprendem e participam desde cedo da divisão social do trabalho, enquanto os jovens vivem o conflito entre reproduzir socialmente o processo de trabalho camponês, ou, por pressões, como o aumento da família, migrar para centros urbanos, opção reforçada pela própria educação escolar, que é direcionada para qualificação da força de trabalho na cidade (OLIVEIRA, 2001).

Outro elemento que marca a produção camponesa é a forma de propriedade da terra e a propriedade dos meios de produção. O processo de aquisição de terras a partir da compra, que se institucionaliza em 1850 com a Lei de Terras, marca as primeiras formas de submissão do campesinato, um novo tipo de campesinato, de pequenos proprietários, homens livres capazes de adquirir terra, que agora passa a ser convertida

em mercadoria (MARTINS, 1995). Entretanto, a propriedade camponesa difere da propriedade capitalista da terra, como destaca Oliveira (2001):

Aqui estamos diante da *propriedade familiar, privada* é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois *a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio*. Estamos diante da *propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador*. É pois, *terra de trabalho*. É portanto, *propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração*. (OLIVEIRA, 2001, p. 61).

Quanto à propriedade dos meios de produção, uma parte é produzida pelos próprios camponeses, outra é adquirida, é mercadoria. Na relação de acesso a tais mercadorias, meios de produção, é que o camponês estabelece uma relação desigual com o capital. Uma vez que a troca ocorre em condições desiguais, parte do valor incorporado no produto camponês é transferido para o capital industrial (que fabrica os meios produção) através do preço superior que o camponês paga pelos produtos industrializados, bem acima do que é pago por seu produto como matéria prima. Além disto, muitas vezes recorre a empréstimos financeiros para realizar tal aquisição. (OLIVEIRA, 2001). “Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada, ou pelo capital financeiro, em função dos empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento a preços baixos ao produtor” (OLIVEIRA, 2001, p. 62).

Historicamente, o campesinato no Brasil foi alvo de exclusão e domesticação por parte dos grupos políticos, setores da Igreja e da academia. Tal questão é bem discutida por Martins (1995) ao tratar do estudo dos camponeses e a política no Brasil. Este autor nos alerta que a confusão teórica que se criou ao redor do termo, encobre interesses ideológicos, políticos e econômicos, de não reconhecimento desta classe, esvaziamento do sentido dessas lutas sociais, apagando-as da memória política do país. Deste modo, é um equívoco a transferência mecânica do conceito de camponês baseado em uma visão européia para a realidade brasileira. Diferentemente da realidade russa do século XIX, de

um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser

expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de condenação, de subordinação (MARTINS, 1995, p. 15-16).

Por isto, a história dos camponeses no Brasil é uma história de perambulação, de migrações. O deslocamento dos posseiros e dos pequenos proprietários foi determinado, fundamentalmente, pelo avanço do capital sobre a terra. O capitalismo ao avançar sobre o campo, contraditoriamente, se desenvolve a partir da exploração de relações não capitalistas de produção. Assim a luta dos camponeses contra a expropriação é a luta contra a renda da terra (MARTINS, 1995). A luta contra a sujeição da terra de trabalho à terra de exploração, contra a preponderância do território da dominação, do capital, do território-mercadoria sobre o território-habitat, apropriado, vivido.

A partir das reflexões de Martins (1995), Oliveira (2001) faz uma análise geográfica destes processos de reprodução capitalista no campo, desiguais e contraditórios, a partir de relações não capitalistas, de apropriação da renda territorial gerada no processo de trabalho camponês, caracterizando-os através das idéias de territorialização do capital monopolista e de monopolização do território pelo capital.

No processo de avanço do capitalismo no campo, com o aumento das grandes propriedades mecanizadas, das agroindústrias, espaços nos quais o proprietário de terras e o industrial compõem o mesmo grupo, como é o caso das usinas sucroalcooleiras, há uma territorialização do capital. Os camponeses são expulsos do campo, concentram-se nas cidades, seja para trabalharem na indústria, comércio ou serviços, ou tornam-se trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias).

Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Quando o capital subordina o camponês, através do controle dos mecanismos de financiamento e circulação, a vida da família camponesa passa a ser regulada, dependente das ofertas que o mercado impõem, é como se o camponês não fosse mais o dono da terra e sim um assalariado do capital (MARTINS, 1982). É neste caso que o

capital monopoliza o território e redefine as relações camponesas de produção. O campo continua povoado, o número de camponeses pode até se expandir, mas o próprio capital estabelece condições para que esses sejam fornecedores de matéria-prima para as indústrias, além de disseminar o consumo de bens industrializados no campo “Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital” (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

É o que acontece com muitos camponeses na zona da mata pernambucana, que plantam cana-de-açúcar para as usinas e com o pagamento complementam os bens para sua subsistência. Esta é justamente a lógica que se aprofundou com a Revolução Verde ao difundir o pacote tecnológico no campo e aumentar a dependência entre a produção agrícola camponesa e o uso de capital.

É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

Entretanto, tal lógica é desconstruída por agricultores camponeses que vem adotando práticas agroecológicas. Frente à expansão do conhecimento e de práticas agroecológicas no campo coloca-se uma questão: uma vez que neste conjunto de práticas tende-se a minimizar ao máximo o consumo de insumos externos e a dependência do capital para se produzir em que medida é válida a noção de monopolização do território pelo capital em territórios agroecológicos? Faz-se necessária a discussão sobre a lógica de produção da agricultura moderna/convencional e da agricultura baseada em princípios agroecológicos a fim de delinear os vários elementos que perpassam tal questionamento.

3. A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NA AGRICULTURA CONVENCIONAL E NA AGRICULTURA DE BASE AGROECOLÓGICA.

Para falarmos de transição agroecológica é preciso destacar a grande transição da agricultura tradicional para a convencional. A interdependência da agricultura com a indústria ao longo do século XX trouxe conseqüências profundas para os ecossistemas e aumento das desigualdades sociais, especialmente nas áreas rurais.

A relação entre homem e natureza na agricultura convencional é discutida a partir do diálogo de autores como Capra (1982), Adorno & Horkheimer (1985) quando tratam do contexto de desenvolvimento do pensamento racionalista-cartesino fruto da Revolução Científica e do avanço do capitalismo. Santos (2006, 2005) trata da história de evolução do meio geográfico, a partir da qual se faz uma contextualização do desenvolvimento da agricultura. As idéias de Shiva (2003), Leff (2001), Porto-Gonçalves (2006) colaboram para traçar uma crítica ao conceito de desenvolvimento atrelado a visão economicista. Em relação às discussões sobre a Agroecologia utiliza-se os conceitos trabalhados por Altieri (2002), Gliessman (2005), a respeito das características de práticas agroecológicas e sustentáveis. Lima (2008) e Mariano Neto (2006) ao dar base para os desafios que envolvem os processos de transição agroecológica.

3.1. O pensamento cartesiano e a lógica capitalista de dominação da natureza: bases da agricultura convencional

As visões de mundo mais antigas sobre as quais se tem conhecimento – referentes à época do Pleistoceno – dos homens da Antiga Idade da Pedra e do Bronze, de acordo com estudos arqueológicos, revelam uma imagem da natureza como uma mãe provedora, tão viva quanto eles mesmos. As forças da natureza, vento, água, animais, o sol, a lua eram membros desta grande ‘família’ e cultuados com respeito, em uma visão orgânica da terra como ‘Deusa-Mãe’. De modo que por muito tempo a explicação das formas de vida na terra advinha dos mitos (SAHTORIUS, 1998).

A visão da natureza e os sistemas de valores expressados na sociedade contemporânea são reflexos das bases que forjaram o pensamento moderno Ocidental, a

partir da chamada Revolução Científica. Do século XVI ao XVIII descobertas como as de Copérnico, Galileu, Kepler, e posteriormente Newton, Bacon e Descartes fundamentaram o surgimento da ciência moderna e trouxeram em seu bojo uma visão mecanicista do mundo, visto agora como máquina, em contrapartida a visão orgânica que prevalecia anteriormente. Uma boa exposição sobre as contribuições destes estudiosos para conformação do pensamento moderno ocidental é apresentada por Capra em seu livro “O ponto de mutação” (1982), principalmente no capítulo “a máquina do mundo newtoniana”.

O método científico é elevado como única forma válida de conhecimento e a razão seu instrumento supremo. O esclarecimento tem como meta o desencantamento do mundo, substituindo os mitos e a imaginação pelo saber. A superioridade do homem estaria no saber, contudo o direcionamento pragmático, utilitarista e fragmentário da construção do conhecimento na era moderna, antes de libertar o homem do medo e da imprevisibilidade do desconhecido, serviu para dominar a natureza e aos próprios homens (ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

No pensamento cartesiano, mente e corpo, homem e natureza são vistos de modo separado e como elementos distintos. A supremacia da razão humana colocou a natureza como algo externo ao homem, que deveria controlá-la e dominá-la. É papel da ciência desvendar seus mistérios, medindo, quantificando, classificando. A descrição matemática da natureza considera apenas as propriedades quantificáveis da matéria, o que foi fundamental para o sucesso da ciência moderna, entretanto, o privilégio da razão sobre outras formas de saber mais subjetivas deixou árido o campo do conhecimento científico, como é destacado em Capra:

Perderam-se a visão, o som, o gosto, o tato e o olfato, e com eles foram-se também a sensibilidade estética e ética, os valores, a qualidade, a forma; todos os sentimentos, motivos, intenções, a alma, a consciência, o espírito. A experiência como tal foi expulsa do domínio do discurso científico (LAINING, 1982 in CAPRA, 1982, p. 40).

Estes mesmos acontecimentos que fundamentaram a ciência moderna, concomitantemente, permearam o processo de desenvolvimento capitalista. A visão da natureza como máquina, compreendida através de leis mecânicas, dava uma “uma sanção "científica" para a manipulação e a exploração da natureza que se tornaram típicas da cultura ocidental” (CAPRA, 1982, p. 46).

A natureza, agora dessacralizada e desumanizada, está apta a ser subjugada por fins utilitaristas. O saber torna-se sinônimo de poder e a técnica, como sua essência, visa o método, a utilização do trabalho dos outros, o capital (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). A união da ciência, da racionalidade e do capital para dominação da natureza e do próprio homem é bem representada pela metáfora da fábrica, símbolo da Revolução Industrial no século XVIII:

A fábrica, um universo de movimentos mecânicos, representa uma miniatura da engrenagem da natureza. Mas ela, a natureza, se move num novo formato: entra sob uma forma e sai sob outra, totalmente transformada. Deste modo, a natureza é vista pela fábrica como um amplo e inesgotável arsenal de recursos a ser transformado em produtos de valor econômico. E a fábrica nasce, assim, como uma máquina altamente consumidora de corpos. (MOREIRA, 2006, p. 61).

Ao invés de ser marcado pelos ciclos naturais, o tempo, assim como os corpos humanos, está agora subordinado a lógica do tempo do relógio, da produção. O aumento da produtividade e a maximização dos lucros são o objetivo primordial dos que concentram os meios de produção e impulsionam o processo de acumulação de capital, independente do custo ambiental, social e cultural gerado.

Deste modo, a história das relações entre homem e natureza, nos lugares habitados, é marcada pela substituição de um meio ‘natural’ para um meio cada vez mais ‘artificializado’, do humano com ser externo à natureza. O desenvolvimento da técnica e da ciência, fundidos com os interesses do mercado levaram a instrumentalização desta sociedade, em diferentes escalas de acordo com as particularidades de cada local. Pode-se dividir grosseiramente a história de evolução do meio geográfico em: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

É importante que a interpretação da questão agrária e ecológica leve em consideração tal lógica de configuração histórica do espaço, pois a abordagem apresentada por Santos (2006) serve como referência para a compreensão do desenvolvimento da agricultura ao longo do tempo. No chamado meio natural o homem utilizava da natureza aquilo que, culturalmente, constituía a base para vida do grupo. Já haviam técnicas de transformações de elementos naturais, entretanto os sistemas técnicos não possuíam existência autônoma. A sociedade local tinha domínio sobre as

técnicas utilizadas, o tempo social estava relacionado com os ciclos naturais. Através de técnicas como a domesticação de animais, o pousio, a rotação de culturas, a agricultura itinerante produzia-se o território e simultaneamente garantia-se o meio de vida. “Esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir.” (SANTOS, 2006, p. 158).

O período técnico é marcado pelo desenvolvimento da matriz metal-mecânica. O espaço passa a ser constituído pelo ‘natural’ e pelo ‘artificial’. Os espaços, países, regiões começam a se diferenciar em função da densidade dos objetos técnicos neles incorporados. Neste período a natureza deixa de ser referência para a organização do tempo social, este é ditado por uma nova razão instrumentalizada, esclarecida, não mais submetida às forças naturais. É o momento em que a visão da natureza transforma-se de acordo com os preceitos da Revolução Científica, já referendados.

“O componente internacional da divisão do trabalho tende a aumentar exponencialmente. Assim, as motivações de uso dos sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo, nacionais” (SANTOS, 2006, p. 159).

Para as antigas regiões coloniais, isto significava o aumento da produção de gêneros primários e a importação de produtos manufaturados. Os primeiros impactos ambientais e a poluição já são sentidos em grandes cidades da Europa. Entretanto, os sistemas técnicos mais densos ainda eram relativamente restritos geograficamente.

O terceiro período configura-se a partir da II Guerra Mundial e se expande em ao longo da década de 70. No chamado meio técnico-científico-informacional a ciência e a tecnologia, junto com a informação, compõem a base da produção e de funcionamento do espaço, o mercado torna-se global. A informação não apenas compõem os objetos técnicos, é ela própria é básica para as ações e processos realizados sobre tais objetos. De tal modo que o espaço, os territórios são requalificados de acordo com os interesses dos atores hegemônicos para facilitar sua circulação (SANTOS, 2005).

A base desta terceira revolução industrial é informacional, passa pela ampliação da esfera da circulação, da distribuição e do consumo, a ênfase no setor produtivo agora é diluída nos investimentos em pesquisa e tecnologia. A economia é marcada pela

predominância do capital financeiro, pela lógica da acumulação flexível (HARVEY, 2007).

Como em outros períodos, a difusão da inovação não é generalizada e total. O meio técnico-científico-informacional expandiu-se mais rapidamente que seus precedentes, através de uma lógica global que se impõe aos territórios de maneira totalizante que tende a ser universal, mas simultaneamente não se dá de maneira uniforme na escala planetária. Assim ao mesmo tempo em que se amplia a desigualdade na constituição do meio geográfico, a concentração dos objetos técnico-informacionais em pontos localizados assegura os processos de ‘interdependência’ entre regiões distintas, ampliando o que tem se chamado de globalização¹ (SANTOS, 2006).

Porto-Gonçalves (2006) ao chamar a atenção de que esta interdependência característica da globalização não é igual para todos, nos remete a uma reflexão importante, sobre a referência do mundo globalizado como simplesmente *moderno*. Segundo este autor, a expressão *sistema-mundo* apresentada por Immanuel Wallerstein e Anibal Quijano remetia ao padrão de poder que passou a conduzir o mundo após a descoberta da América.

A partir deste período poderíamos marcar o início do processo de globalização, do dito *mundo moderno* para muitos autores. Entretanto, o que prevalece nessa expressão é a termo *moderno* e não a idéia de sistema-mundo a que ele refere-se, escamoteando o papel da colonização e da desigualdade na construção modernização:

Afinal, reter somente o lado *moderno* da expressão *mundo moderno* é atribuir a Europa um papel protagônico exclusivo neste processo, olvidando-se que o mundo como um todo dele participou, mesmo que não participando dos seus melhores proveitos. É que, com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização (...). Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência esta organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24-25)

Tais reflexões são importantes para situar, criticamente, o contexto de desenvolvimento da agricultura ao longo dos períodos acima referendados. É ainda no

¹ Concorda-se com os autores que consideram que o processo de globalização já tem início com a descoberta do Novo Mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2006). Os estágios de desenvolvimento da Europa e das Américas, entre outros continentes colonizados, foram reflexos das relações de interdependência destas regiões e marcados pela posição hierárquica europeia sobre suas colônias.

período técnico, destacado por Santos (2006) que há o estabelecimento das diversas *plantations* (cana, café, banana, algodão, cacau, entre outros), das monoculturas e do latifúndio, a desigualdade da estrutura fundiária que marcam, fortemente, até hoje as relações sociais e de poder nas regiões que foram colonizadas. Os conjuntos de saber locais, que antes se mantinham em certa medida estáveis, as relações ecológicas entre os sistemas agrícolas, de pecuária e extrativismo foram menosprezados e tais sistemas dissociados pela ampliação da agricultura monocultura voltada para o mercado. No outro lado da moeda da modernidade está estampada a colonização e a dominação da natureza, de alguns homens sobre outros, da cultura européia sobre outras culturas e povos, dos homens sobre as mulheres (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Com os avanços científicos, como nos ramos da química e o uso da máquina a vapor nos transportes, a agricultura vai substituindo o esterco orgânico por industrializado e máquinas no lugar da tração animal, é a passagem da agricultura orgânica para a agricultura química mecanizada. A agricultura passa a ser cada vez mais dependente da indústria e do crédito bancário (KAUTSKY, 1981). É a partir do pós-guerra e com o advento da Revolução Verde que se introduz fortemente no campo o componente técnico-científico-informacional e se ampliam os impactos sócio-ambientais.

Após a II Guerra Mundial, quando a Europa atravessava mais duramente a questão da fome e o temor em relação à explosão demográfica dá voz ao pensamento neomalthusiano, estes servem como justificativa para maiores investimentos em tecnologias que aumentassem a produção de alimentos, base do pensamento ideológico para a Revolução Verde. Contudo, esta denominação esconde o papel ideológico e político para as transformações nas relações de poder por meio da tecnologia. “A revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949” (PORTO-GONÇALVES, 200, p.:226).

Assim, o que se colocou foi uma solução técnica, a fim de encobrir as causas políticas e sociais envolvidas no dilema da fome (os impactos dos latifúndios e monoculturas na desigualdade social e crise ambiental) e ampliar o mercado dos grandes setores industriais produtores de insumos para a agricultura – entenda-se

expandir a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital monopolista. Difundiu-se um amplo pacote tecnológico – como símbolo de modernização e desenvolvimento – o uso maquinário agrícola, fertilizantes, agrotóxicos que permitem o aumento da produtividade em curto prazo, e mais recentemente a biotecnologia e os transgênicos, organismos geneticamente modificados, sem as devidas preocupações com impactos sócio-ambientais que tais tecnologias acarretam.

Esta nova lógica moderno-colonial para a agricultura logo foi posta como universal, uma vez que era validada por preceitos científicos. É importante estar alerta para os limites de tal universalização:

Em geral, os sistemas ocidentais de saber são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominante e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores (SHIVA, 2003, p. 21).

As conseqüências sociais, culturais e ambientais deste processo de modernização-colonização da agricultura são conhecidas. Em nome do desenvolvimento e do progresso culturas tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses são expropriadas, pauperizados e têm suas estruturas sociais modificadas. Há perda da biodiversidade genética pela redução de espécies cultivadas e pelo desmatamento. Degradação do solo e das águas por processos erosivos, lixiviação e assoreamento. Há perda do controle local sobre a produção e o conseqüente aumento da desigualdade global (GLIESSMAN, 2005).

Nota-se que a promessa do fim da fome e do progresso para todos nunca se realizou. No modelo de produção capitalista a noção de desenvolvimento sempre foi visto como sinônimo de crescimento econômico e modernização tecnológica. Noção que Furtado (2001) há muito tempo já denunciava como mito. Para este autor é errônea a idéia de que o modelo de desenvolvimento econômico praticado pelos países que lideraram a Revolução Industrial possa ser universalizado:

Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço das ciências, para concentrá-

los em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 2001, p. 88-89).

A noção de “desenvolvimento sustentável” que surge nos anos 80, recebendo destaque no relatório Brundtland na Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi a expressão consagrada em 1992 pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. A definição das Nações Unidas para desenvolvimento sustentável é “um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas.” (ENZALADOR, 2010, p. 04).

Desde então o termo tem sido usado das mais diversas formas, seja coerentemente utilizado para caracterizar ações que visam o equilíbrio sócio-ambiental – termo sócio-ambiental pode ser considerado ambíguo, entretanto optou-se por seu uso para reforçar a relação intrínseca entre a esfera social e ambiental. – seja como mera retórica a fim de escamotear o desequilíbrio ambiental inerente ao modo de produção capitalista. Por isto, existem autores extremamente críticos a tal conceito.

Gonçalves (2004) é incisivo em suas críticas a concepções que tentam conciliar o desenvolvimento econômico capitalista e a conservação ambiental como se estes não fossem contraditórias. Para ele “**des**-envolver é tirar envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, seu território. (...) O desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas **ao** e não **de** desenvolvimento” (GONÇALVES, 2004, p. 46).

São amplas as estratégias que buscam a partir da construção do discurso retórico do desenvolvimento sustentável dissolver, maquiagem as contradições inerentes ao capitalismo globalizado que “simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza”(LEFF, 2001, p. 25).

Ou seja, uma vez deflagrada a crise ambiental, a própria lógica do sistema capitalista tratou de transformar o “verde” em mais uma rentável mercadoria. Assim, ao invés de serem discutidas em profundidade questões que estão na base da crise sócio-ambiental – como o individualismo, o consumo exacerbado, as práticas predatórias do

da agricultura convencional, o monopólio da terra nas mãos de poucos, a “espetacularização” dos modos de vida, a prevalência do *ter* e do *parecer* diante do *ser* – estimula-se a contínua produção de mercadorias, agora rotulados por selos de garantia de qualidade ambiental, responsabilidade social, entre outros.

Os limites deste modelo de desenvolvimento baseado na exacerbação do consumo apontam que o que está em jogo não é apenas uma crise econômica ou sócio-ambiental, mas uma crise ética e de paradigmas. O dilema que se vive envolve as formas de olhar e agir não só em relação ao meio ambiente, mas na relação com o outro, na preocupação com a qualidade de vida da coletividade. Lembrando que ao se falar em:

em *ética ambiental*, ou em qualquer outro termo que evoque a questão da Natureza, é abordar *diretamente* a questão do sentido das relações humanas, com o Outro em vários e interconectados sentidos. (...) A vida humana, neste sentido, é ou só pode ser ética, não só no sentido da moral e normatividade apenas, mas na qualidade das relações e na qualidade de vida que estabelecemos entre nós (PELIZZOLI, 2004, p. 181)

É importante destacar que um sistema não existe por si só, movido por uma “mão invisível”. Por trás de um sistema econômico perverso que degrada o meio ambiente e os modos de vida, estão as próprias pessoas que estão ligadas a valores materialistas, como ambição, ganância, individualismo. O capitalismo se nutre e simultaneamente estimula valores como estes. Portanto uma mudança das bases paradigmáticas que sustentam a agricultura convencional

São questões de grande amplitude, exigidas hoje cada vez mais diante da crise-crítica-transformação do *status quo*. Há uma tarefa grandiosa, portanto, que é mostrar a força e inevitabilidade dos novos tempos, que ao mesmo tempo deve retornar e resgatar saberes e éticas que há muito trouxeram benefícios sustentáveis para a civilização.(...) O que está em jogo é um diferente princípio de inteligibilidade do real, do ‘universo’, do sentido humano como sentido primeiro acima da razão instrumental e do saber como poder e conquista do Outro (PELIZZOLI, 2004, p. 182)

3.2. A relação sociedade-natureza nas concepções agroecológicas

Na contramão deste processo de assimilação das noções de sustentabilidade pelos mecanismos de mercado surgem movimentos de reapropriação social da natureza. Movimentos estes articulados à

construção de um paradigma alternativo de sustentabilidade, no qual os recursos ambientais convertem-se em potências capazes de reconstruir o processo econômico por dentro de uma nova racionalidade produtiva, propondo um projeto social baseado na produtividade da natureza, nas autonomias culturais e na democracia participativa (LEFF, 2001, p. 31).

O impulso à construção de uma sociedade sustentável envolve a investigação e integração de conhecimentos adquiridos no passado e no presente em áreas chave como a agricultura, medicina, nutrição, física quântica, biologia, psicologia e ciências ambientais e sociais. São elas que originaram e formaram a Agroecologia, a Biodinâmica, a Permacultura, a Nutrição Integral e Vital, a Medicina Natural, Medicina Holística, Educação Ambiental, Psicologia Humanística e Transpessoal, como “novos” campos do saber (SCHORR, 1996). Neste trabalho destaca-se o cenário desenhado pela Agroecologia na busca da construção de sociedades e ambientes sustentáveis.

O processo de “redescoberta” e o uso do termo Agroecologia difundem-se, em maior proporção, a partir dos anos 70. Contudo, Altieri (2002) afirma que a ciência e as práticas agroecológicas têm a idade da própria agricultura. A Agroecologia em sentido mais amplo representa “uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao meio ambiente, assim como os problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ambiental do sistema de produção” (ALTIERI, 2002, p. 26). Gliessman (2005) refere-se à Agroecologia como uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola construída com base na conservação da agricultura tradicional local, na qual simultaneamente se estuda o conhecimento e métodos ecológicos modernos. Deste modo, define Agroecologia como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2005, p. 54).

Um agroecossistema é um local de produção agrícola interpretado como um ecossistema, de modo que a produção não se isola do contexto sócio-ambiental no qual se insere. Um agroecossistema não possui a mesma dinâmica e diversidade que um ecossistema natural, uma vez que geralmente prevalecem as espécies agrícolas.

Entretanto, busca-se conciliar uma produtividade aceitável, à preservação do máximo possível de áreas nativas, respeitando a fauna e a flora silvestre, à manutenção adequada dos recursos hídricos locais, e ao respeito e melhoria da fertilidade dos solos, dando um máximo incremento à biodiversidade, tanto para diminuir o impacto de pragas, como doenças, e fatores erosivos (SCHORR, 1996).

O desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAF's) é uma das práticas básicas da Agroecologia, estes representam uma forma de uso da terra no qual espécies lenhosas perenes (arbustos ou árvores) são cultivadas junto com espécies agrícolas e/ou com animais, numa combinação espacial e/ou temporal, obtendo-se benefícios das interações ecológicas e econômicas resultantes, visando estabelecer sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural (LUDGREN & RAINTREE, 1982, in SILVEIRA, 2003). O objetivo da maioria dos sistemas agroflorestais é otimizar os efeitos benéficos das interações que ocorrem entre os componentes arbóreos e as culturas e/ou animais, a fim de obter a maior diversidade de produtos, diminuir as necessidades de insumos externos e reduzir os impactos ambientais (NAIR, 1983 in SILVEIRA, 2003).

A visão sistêmica que a Agroecologia propõem não se restringe aos fatores ambientais, mas sua integração com sistema social. Assim questões como a valorização o conhecimento tradicional do camponês, as condições de acesso e permanência na terra, papel da mulher na produção agrícola, não-exploração da mão-de-obra permeiam o pensamento agroecológico. Deste modo, certos fatores são fundamentais na problemática agroecológica como:

a equidade como indicador fundamental da sustentabilidade dos agroecossistemas; a diversidade e a compatibilidade cultural como base de construção de agroecossistemas biodiversificados e includentes e de uma pedagogia de troca de saberes; a relação entre território disponível e capacidade de suporte dos ecossistemas e a organização espacial/territorial necessária ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção” (MAZZETO, 2002, p. 05)

A respeito dos processos históricos que contribuíram para encobrir os conhecimentos agrônômicos dos povos e culturas nativas e sociedades não ocidentais, Altieri (2002) destaca três fatores principais:

(1) a destruição de mecanismos populares de codificação, controle e transmissão das práticas agrícolas; (2) modificações dramáticas ocorridas em muitas sociedades indígenas não-ocidentais assim como dos sistemas de produção dos quais sobreviviam, provocadas pelo colapso demográfico, pela

escravidão e por processos de colonização e de mercado; (3) a ascensão da ciência positivista (ALTIERI, 2002, p. 22).

O caminho traçado por processos históricos como a inquisição católica, a colonização, a escravidão, a dizimação da população indígena, o positivismo – que contribuiu para a passagem de uma visão orgânica e viva de natureza para uma abordagem mais mecanicista – e por último o avanço da agricultura moderna transformaram e interferiram nos processos de geração e transmissão de conhecimentos agrícolas locais, além de contribuírem para “uma visão depreciativa das habilidades do homem rural” (ALTIERI, 2002, p. 25). Conseqüentemente, incutiram-se no meio rural novos modos de concepção e produção do espaço, nos quais o capital estabeleceu um papel preponderante na (re)configuração de territorialidades no campo.

Foram justamente os impactos provocados pelos complexos agro-industriais moderno-coloniais, pelos grandes centros urbanos que despertaram os interesses de movimentos ambientalistas, alertando aos agrônomos e outros grupos afins da necessidade de uma visão ecológica da agricultura (MARIANO NETO, 2006).

A incursão de práticas ecológicas no meio rural e urbano trouxe novas perspectivas para a organização do território. Muitas pessoas que já acordaram para a urgência de mudarmos nossos padrões de produção e consumo. Entretanto, como alerta Leff (2001) muitos são manipulados pelas retóricas do desenvolvimento sustentável. Por isso é fundamental que as ciências sociais e ambientais, entre elas a Geografia, possam abrir os horizontes para a reflexão dos significados mais amplos da sustentabilidade.

Gliessman (2005) ressalta que a noção de sustentabilidade tem significados diferentes para sujeitos distintos, com a concordância geral que ela tem base ecológica. Em sentido mais amplo uma *produção sustentável* envolve a capacidade de retirar biomassa de um sistema sem afetar sua capacidade de renovar-se ou ser renovado. Com isto, a prova da sustentabilidade de uma prática permanece sempre no futuro. Nesta concepção, ter certeza se uma prática é realmente sustentável torna-se impossível. Entretanto, seria possível definir quando uma prática afasta-se da sustentabilidade. Com base, nisto destaca-se que uma agricultura sustentável pelo menos:

teria efeitos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas na atmosfera, água superficial ou subterrânea; preservaria e recomporia a fertilidade, preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; usaria a água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas; dependeria, principalmente de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas, ao substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes, melhor conservação e uma base ampliada de conhecimento ecológico; trabalharia para valorizar e conservar a diversidade biológica, tanto em paisagens silvestres quanto em paisagens domesticadas; e garantiria igualdade de acesso a práticas, conhecimento e tecnologias agrícolas adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas (GLIESSMAN, 2005, p. 53)

Buscar a sustentabilidade da agricultura é um passo fundamental para a construção de uma sociedade sustentável. Apesar do alerta de Gliessman (2005) sobre as dificuldades de se definir este termo, sustentável seria uma sociedade que

Produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade geracional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão (BOFF, 1999 In ZAMBERLAM & FRONCHETI, 2001, p. 84).

Portanto, é preciso promover processos educativos que permitam distinguir as estratégias de marketing ecológico espetacularizam e esvaziam o sentido da crítica ambiental e contribuem para manter a visão dicotômica entre humanidade e natureza e a lógica da competitividade, dos saberes e práticas que tentam reverter tal quadro.

Diante do desgaste e das contradições que envolvem o termo de desenvolvimento sustentável, opta-se aqui pela terminologia de sociedade sustentável para referir-se a construção de processos que almejam crescer e integrar harmoniosamente homem e natureza em uma visão holística, integrativa.

O incentivo ao uso de produtos orgânicos é um exemplo das contradições da sustentabilidade apenas como retórica. O consumo destes produtos é um avanço para a saúde da população e, de certo modo, para o meio ambiente, entretanto aí se encontra mais um mercado altamente lucrativo e que tem causado bastante confusão em relação aos produtos agroecológicos. Uma vez que todo produto agroecológico é orgânico, mas nem todo produto orgânico é agroecológico.

Acontece que diante da possibilidade de maior lucratividade com os produtos orgânicos, estes têm sido produzidos em grandes propriedades e empresas, vendidos em grandes redes de supermercados. Para a sua produção neste contexto, modificam-se os aspectos técnicos transformando a produção convencional em orgânica, entretanto a lógica da base produtiva não é alterada. Instalam-se monoculturas de produtos orgânicos vendidos a preços exorbitantes – alimentos corporgânicos, segundo Caporal & Costabeber (2007) – pelos quais poucos podem pagar. Não se altera a estrutura agrária e as condições de trabalho no campo.

Tal cenário foge totalmente aos princípios da Agroecologia na busca de uma agricultura sustentável, pois não se consideram as relações ecológicas com o meio e a biodiversidade, nem a promoção da equidade social e o respeito da cultura local. Além disto, a proposta da Agroecologia não é obter altos ganhos com a venda de produtos orgânicos e ecologicamente corretos, mas sim difundir um modelo de agricultura sustentável que produza alimentos de qualidade, em uma relação de comércio justo tanto para agricultores camponeses quanto para consumidores. Exemplo disto são os preços dos produtos vendidos nas feiras agroecológicas do Recife, os quais chegam a ter o custo equivalente aos produtos cultivados com agroquímicos.

A Lei dos orgânicos, nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que não ajuda a esclarecer estas visões diferenciadas, pois engloba como sistema orgânico de produção agropecuária e industrial os sistemas denominados “ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura” entre outros que atendam os princípios estabelecidos na referida lei.

Deste modo, nota-se que próprios mecanismos de mercado e aspectos políticos que dificultam a ampliação da oferta e o acesso a produtos agroecológicos e que formas de organização das propriedades baseadas nestes princípios alcancem uma maior difusão. A certificação de produtos como orgânicos ou agroecológicos é outro fator complicador, tem sido cada vez mais exigida como garantia para redes de distribuição e consumidores. Contudo, os elevados custos e os parâmetros exigidos (nem sempre consonantes com especificidades locais) tornam a certificação inviável para pequenos produtores. Por força dos movimentos sociais e ambientais durante o período de

elaboração da Lei dos Orgânicos, a certificação não foi exigida para “agricultores familiares”:

Art. 3º (...) § 1º. No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. (BRASIL, 2003).

É justamente o caráter facultativo da certificação para os grupo agricultores camponeses que garante a possibilidade destes se inserir em processo de transição agroecológico e construir as feiras agroecológicas como seu espaço de comercialização.

São reconhecidos os avanços da questão agroecológica no cenário político. A difusão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), da Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento e Agrário tem a Agroecologia como eixo orientador das ações de extensão rural. Segundo documento final da PNATER de 2004 a Extensão Rural deve:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento local e sustentável que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueira, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e dotando os princípios da agroecologia como eixo orientador de suas ações. (BRASIL, 2004, In: CALLOU, 2007, p. 112)

Contudo, a criação de apoio institucional, como a referida legislação, sem o comprometimento para a capacitação de profissionais, técnicos, agricultores camponeses, estudiosos a respeito das práticas e princípios agroecológicos faz com que sua expansão torne-se lenta, sendo desenvolvida em sua maioria por iniciativas dos próprios agricultores camponeses, ONG's, associações, entre outros.

Assim, ainda é grande o desconhecimento e faltam incentivos, como de políticas públicas locais e regionais, para a transição agroecológica entre pequenos produtores e camponeses. Historicamente, os processos de extensão rural no Brasil e as ações governamentais incentivaram a expansão dos latifúndios de monoculturas de exportação em detrimento da agricultura camponesa. Em Pernambuco, órgãos e programas do governo como o IPA e o ProRural, tem tentado criar linhas específicas de apoio a práticas agroecológicas, contudo estas ações ainda partem de alguns funcionários e

encontram-se em processo de articulação, não existindo ainda uma política pública do estado direcionada a este tipo de produção.

Outro aspecto importante para ampliar os processos de transição agroecológica seria subsídios para o camponês que passa por esta fase. “No caso do cultivo de alimentos orgânicos em países europeus, por exemplo, os agricultores recebem vultosos subsídios do governo, garantindo uma transição menos arriscada para modelos agrícolas mais sustentáveis.” (LIMA, 2008, p. 106). Os recursos financeiros não são garantia do sucesso dos da TA, mas pelo menos amenizaria os riscos que o agricultor camponês sofre. Já que nestes períodos “a vulnerabilidade dos agroecossistemas é alta, uma vez que se encontram desestabilizados por práticas agrícolas degradantes, aumentando o risco de prejuízo na mudança de modelo de produção agrícola”. (LIMA, 2008, p. 106)

Por fim, discuti-se o aspecto das feiras agroecológicas, espaços nos quais as trocas realizadas vão mais além da simples relação comercial. Estas tem se mostrado espaços de diálogo entre públicos diferenciados. Apresentam-se como territórios, de existência temporária, em que se expressa a cultura rural em uma mesclagem com os valores urbanos, compondo um espaço de encontro, de (re)conhecimento do outro, de multiterritorialidades, ou de uma hibridização do território:

Analisando, as feiras agroecológicas do Recife na perspectiva cultural, vamos perceber que a paisagem representa a materialização e expressão da identidade dos agricultores familiares ali presentes, como também de seus consumidores. (...) Partindo do conceito de territórios híbridos a feira agroecológica apresenta enquanto espaço um mosaico complexo de interpretações, já que a visão econômica, política, social, ambiental e cultural tanto do consumidor como do produtor é bastante diversificada. (BRASILEIRO, 2010, p. 82-83)

Esta troca tem contribuído para acabar com alguns preconceitos e visões distorcidas sobre o homem do campo. Retomar sua auto-estima, uma vez que é reconhecido o valor de seu trabalho para preservação do meio ambiente e para a promoção da saúde da população.

Estes são alguns dos principais aspectos destacados pelos agricultores camponeses do EABV sobre as mudanças que a adoção das práticas agroecológicas trouxe para suas vidas. É destacada a seguir a história de surgimento deste espaço, as dificuldades envolvidas no processo de TA e as transformações ocorridas no território e na vida destes sujeitos.

4. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM PERNAMBUCO: O CASO DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE BOA VIAGEM.

O cenário da agroecologia em Pernambuco se difundiu principalmente através da atuação de organizações não-governamentais, ONG's. Foram iniciativas de entidades da sociedade civil – que passaram a promover capacitações e implantar projetos de cultivo de alimentos através de práticas agroecológicas e sua comercialização – aliadas ao trabalho pioneiro de camponeses que acreditaram ser possível produzir de uma maneira diferente que permitiram o surgimento das primeiras experiências agroecológicas.

Obviamente, o caminho a ser trilhado não passou apenas pelas novas formas de se produzir, mas também pela luta para garantir um espaço para a comercialização justa dos produtos agroecológicos dos camponeses. No Recife, a primeira feira a surgir foi o “Espaço Agroecológico do bairro das Graças”, em 1997.

Com a difusão das experiências agroecológicas a demanda por novos espaços de comercialização tornou-se crescente. É neste contexto que surge o “Espaço agroecológico de Boa Viagem” – EABV – fundado em 2001, na Praça Jules Rimet, próximo ao primeiro Jardim de Boa Viagem. Para realização desta pesquisa a autora realizou visitas a feira e conversou com todos os agricultores camponeses sobre os objetivos do trabalho e se eles aceitariam colaborar através de seus depoimentos. Foi realizado um compromisso ético de lhes retornar uma cópia do presente trabalho.

A feira funciona todos os sábados, das 05:00 às 10:00 horas da manhã, com agricultores camponeses provenientes de quatro municípios próximos a Recife, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Lagoa de Itaenga e Bom Jardim, na Zona da Mata Pernambucana. Este espaço também foi formado com a ajuda de organizações não-governamentais, dentre as principais o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que trabalha exclusivamente com acessória às agricultores familiares (categoria adotada pela referida ONG) que realizam processos de transição para práticas agroecológicas. Além destas, destacam-se outras associações que apóiam os agricultores camponeses fazem parte como a Ama-Gravatá, Agroflor e Associação Terra Viva. É importante destacar que Boa Viagem é um dos bairros nobres de Recife, com a renda média da população era de R\$ 2.857,28, enquanto

a renda média da cidade era de R\$914,20 em 2000 (Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, 2005).

4.1. As práticas dos agricultores nos processos de transição agroecológica

A compreensão da mudança na territorialidade camponesa proporcionada pelas práticas agroecológicas passa pela análise das experiências de espaço-tempo vivida por estes agricultores camponeses antes e durante os processos de transição agroecológica. O grupo é composto por cerca de dezesseis camponeses – três do município de Gravatá, quatro de Lagoa de Itaenga, três de Vitória de Santo Antão, cinco de Bom Jardim e um de Abreu e Lima.

Dos catorze agricultores camponeses entrevistados onze já trabalhavam com cultivo de subsistência em suas propriedades. Uma família plantava somente cana-de-açúcar, outros dois camponeses trabalhavam no corte da cana e “a dia” em outras propriedades. Os municípios de Vitória de Santo Antão, Abreu e Lima e Lagoa de Itaenga tem como características do meio rural a presença dos latifúndios monocultores de cana-de-açúcar e uma grande quantidade de pequenas propriedades com culturas de subsistência e cultivo de hortaliças para abastecimento da região metropolitana do Recife. Nos municípios de Bom Jardim e Gravatá também há o cultivo da cana, mas a atividade que mais se destaca é a criação pecuária.

Em todos estes municípios o cenário para a agricultura camponesa mostra-se semelhante, péssimas condições para a produção devido o desgaste do solo e dos recursos naturais, os gastos com insumos, falta de infra-estrutura adequada para a comercialização, dependência dos atravessadores e oferta de preços que mal pagam os custos da produção. O que muitos agricultores camponeses relatam é o esvaziamento do campo, vários de seus antigos vizinhos hoje moram nas cidades, justamente pelos processos discutidos por Oliveira (2001) e Martins (1985) nos quais os camponeses são constantemente alvos de expropriação e vítimas da lógica e da agricultura convencional.

A situação precária de vida de muitos camponeses, imersos nas condições de produção da agricultura convencional, e sua visão crítica dos limites deste modelo para garantir sua permanência e da família na zona rural facilitou uma tomada de postura

diferente diante das oportunidades das “novas” formas de produzir baseada na agricultura agroecológica.

Através de capacitações, contatos e visitas nas propriedades de vizinhos foi que a maioria dos agricultores camponeses ouviu falar e despertaram o interesse para a produção agroecológica. Os agricultores camponeses que compõem o EABV começaram o processo de TA de oito a dez anos atrás. Após esta fase o grande desafio foi garantir um espaço de comercialização que pagasse um preço justo pelo trabalho dispendido nesta produção. O atual coordenador da feira relatou que no começo foram os líderes das ONG`s, acima citadas, que estiveram à frente com processo de conquista do espaço para a comercialização através de articulações com entidades parceiras e resolução dos aspectos legais necessários junto à prefeitura.

No começo foram muitas as dificuldades, no começo, antes de EABV tornar-se mais conhecido, os agricultores camponeses sofreram com a dificuldade de escoar a produção, muitas vezes não se cobria nem os gastos com o frete para o Recife, como relata seu Severino sobre as primeiras feiras que participou em Boa Viagem:

Porque eu vim, eu fiz umas cinco feiras que eu cheguei em casa, vou dizer a você, nem com o dinheiro do pão eu cheguei. Foi quando a minha própria esposa se desestimulou: E aí, a gente vai passar fome? Mas eu tinha uma visão na frente, eu tinha uma visão futura do que podia acontecer. Mas pra isso eu conversava com o pessoal, com os clientes, pra ver se tinha mercado. Aí eu vi que as coisas estava muito aprofundada, muitos clientes conscientes, só num tinha assim, oportunidade, opção, pra se alimentar de uma produção descente. (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010)

Este depoimento nos ajuda a perceber o papel do pioneirismo e a persistência do camponês em apostar no cultivo e comercialização da produção agroecológica e sua percepção de um mercado consumidor que cresce a cada dia. E como a feira foi se consolidando a partir do momento em que o público foi conhecendo uma nova opção para o consumo de uma alimentação mais saudável.

A partir do momento em que o EABV se firmou de modo mais sólido como ponto de comercialização de produtos agroecológicos as ONG`s que apoiaram a formação da feira passaram a incentivar a autonomia dos agricultores camponeses para auto-gestão da feira, que elegeram um dos feirantes como coordenador do EABV. O espaço possuiu um estatuto que define regras para participação e as formas de organização.

Para compor a feira todo agricultor camponês deve participar de alguma associação, atualmente são quatro, a AMA-Terra em Gravatá, a Agroflor em Bom

Jardim, a ASIM (Associação dos produtores e moradores dos sítios Imbé e Marreco) em Lagoa de Itaenga e a APROM (Associação de produtores orgânicos de Mocotó) em Vitória de Santo Antão. Os agricultores camponeses se reúnem em assembléias pelo menos três vezes ao ano para discutir as questões relativas à organização do EABV. Fazem recolhimento de uma pequena quantia mensal (entre R\$ 3,00 e R\$5,00) para formação de um fundo de feira, que cobre gastos com visitas em alguma propriedade, lona e equipamentos para os bancos, gastos com o deslocamento para as reuniões, entre outros (Foto 1):



Foto 1. Visão geral da feira de Boa Viagem e parte da praça Jules Rimet. (Foto da autora, 10/09/2010)

Percebe-se que a inserção do espaço Agroecológico em Boa Viagem foi aos poucos desenhando uma nova territorialidade até se consolidar um território de existência periódica, no qual pelos sábados de manhã promove-se a sobreposição, o encontro, a simultaneidade entre práticas do rural e do urbano, como se discutirá mais adiante.

Refletindo sobre os dados obtidos com as entrevistas feitas na feira e no trabalho de campo foi possível fazer inferências sobre perfil dos agricultores camponeses que compõem o EABV e sua visão sobre seu papel na organização territorial rural e também na cidade.

Uma das primeiras impressões que uma visita a feira nos traz é a diversidade da faixa etária das pessoas que trabalham. De acordo com as entrevistas realizadas podem-se agrupar os agricultores camponeses em três grupos de faixa etária, um grupo de cinco jovens com idades entre 17 e 25 anos, outros cinco entre 35 e 40 anos e um terceiro grupo composto por quatro pessoas apresentando entre 50 e 60 anos.

A reflexão sobre estes dados e o ambiente observado no EABV, no qual cada feirante entrevistado(a), geralmente, trabalha junto com filhos e mulher ou marido, remete aos novos horizontes que a inserção das práticas agroecológicas vem abrindo para os jovens do campo. Ao invés de serem “obrigados” pelas circunstâncias precárias a mudar-se para as áreas urbanas tais jovens mantêm o interesse pelas atividades rurais feitas de forma mais integradas à natureza e que tem como retorno uma maior valorização, seja cultural ou financeira. Esta mudança de perspectivas permite manter os processos socialização camponesa, antes rompida pela falta de oportunidade no campo e atração pelas atividades existentes no meio urbano (OLIVEIRA, 2001)

Outro dado importante é o grau de escolaridade, expresso na tabela 1:

Escolaridade	N° de camponeses
Até a 4ª série	05
Entre a 4ª e a 8ª série	04
Ensino Médio Completo ou em andamento	05

Tabela 1: Grau de escolaridade dos agricultores camponeses entrevistados

A maioria dos agricultores camponeses não possui o ensino fundamental completo e pararam de estudar a muito tempo. Entretanto, entre os cinco com ensino médio, dois deles (com idades entre 35 e 40 anos) terminaram no ensino médio recentemente e realçaram que a vontade de aprender mais sobre a agricultura agroecológica e lidar melhor com o público consumidor foram fatores que incentivaram a volta à sala de aula.

A falta de instrução formal, ou a idade já avançada dos agricultores camponeses não foi empecilho para que estes abrissem sua visão para as mudanças, lembrando-nos que instrução escolar não é sinônimo de conhecimento ou sensibilidade ambiental. Além disto, nos ajuda a desmistificar a idéia preconceituosa presente no senso comum de que os “camponeses são um grupo resistente às mudanças, ignorantes”.

De acordo os relatos obtidos, no começo, sempre há certas desconfianças, principalmente para aqueles que estão tendo os primeiros contatos as práticas agroecológicas. Mas à medida que se conhece as experiências que tem obtido êxito torna-se mais fácil de aceitar e iniciar a mudança. É nesta fase inicial que as

dificuldades são maiores, sobretudo pela demanda de um trabalho mais intenso na terra, como nos mostra o seguinte depoimento de um agricultor camponês sobre as primeiras visitas na casa de um amigo que estava plantando “os orgânicos”:

Aí dia de domingo, nós ia pra casa dele, quando chegou lá ele começou mostrar como era o ‘manejamento’ de se trabalhar. Mas rapaz, e tu acha que isso aqui tem futuro? Tem, no início a gente acha uma coisa muito estranha, mas depois a gente vai se acostumando. (Paulo, M. S., 50 anos em entrevista concedida em 05/07/2010)

Mesmo observando todo o trabalho que a produção orgânica demandava, este não se tornou empecilho para o agricultor camponês, aos poucos sua visão se transforma e percebe-se que é maior o dispêndio de tempo, mas torna-se mais fácil trabalhar em parceria com a natureza.

Iniciado o processo de conversão agroecológica surgem os primeiros cenários de transformação da vida e do território dos camponeses. A ampliação do número de espécies cultivadas, os novos usos do solo, o abandono dos defensivos e adubos químicos por naturais constituíram grandes desafios para os agricultores camponeses, a começar pela adaptação da propriedade as novas demandas de produção. (Tabela 2):

Nº de agricultores	Tamanho da propriedade (hec.)	Características das áreas cultivadas antes e depois da T.A.
05	Entre 1 e 2	Maioria manteve o mesmo tamanho de área cultivada, mas com a mudança nos usos, como o aumento de área para criação de animais e de reserva para mata.
05	Entre 5 e 6	
04	Entre 7 e 9	

Tabela 2. Tamanho das propriedades e características das áreas cultivadas

A necessidade da diversificação de culturas faz do tamanho reduzido das propriedades um problema para os agricultores camponeses manterem um nível regular de produção durante o ano, considerada a sazonalidade de diversos produtos. A maioria das terras foi adquirida através de herança, em regiões onde prevalecem pequenos sítios e/ou rodeadas por propriedades maiores destinadas ao cultivo de cana ou criação de gado, o que desfavorece a aquisição de mais terras, mesmo se houvesse recurso para tal. Esta hereditariedade da propriedade da terra nos remete a condição camponesa vivida pelas gerações anteriores das famílias.

Questionados sobre as propriedades do entorno, metade dos agricultores camponeses apontou que algumas propriedades próximas já há o cultivo de alimentos

orgânicos, mas não necessariamente as propriedades limítrofes com as suas. A outra parte não possui nenhum vizinho que trabalhe agroecologicamente, mas disseram que isto não afeta a sua produção.

A busca da sustentabilidade da propriedade envolve a destinação de áreas para a criação de animais, de capim para complementação da alimentação destes, garantindo assim o suprimento de esterco. Também, áreas para reserva de mata e em pousio, para garantir o descanso da terra. Mas cerca da metade dos agricultores camponeses não consegue distribuir as atividades em sua propriedade como gostariam, justamente pelo espaço reduzido ou pela falta de tempo para dar conta de tantas demandas. Apesar de o trabalho ser dividido por todos da família, para muitos esta ajuda é só em tempo parcial, pois muitos têm os filhos em idade escolar ou trabalhando também em outras atividades.

Percebe-se, portanto, que a questão da desigualdade da estrutura fundiária é fator limitante a reprodução da vida camponesa no meio rural, pois quais são as possibilidades de reprodução deste modo de vida sem terra suficiente para o trabalho e vida das futuras gerações? Por isto a ampliação do conhecimento e das práticas agroecológicas deve estar associada às lutas pelo direito e acesso a terra, contra a territorialização do capital monopolista.

A respeito do manejo do solo e das técnicas de plantio o maior desafio foi abandonar o uso de agrotóxicos. Dez entre os entrevistados utilizavam fertilizantes e agrotóxicos como o NPK e Round up (adubo químico e agrotóxico utilizado no controle de ervas daninhas, respectivamente). Entre estes, há inclusive um relato de contaminação de um dos membros da família que passou mal, com náuseas e tonturas após trabalhar com os defensivos químicos. Outros quatro relataram que mesmo antes da TA não faziam uso tão constante de produtos químicos e que utilizam o esterco bovino com fertilizante, mas sem uma aplicação adequada.

As dificuldades surgiram principalmente pela intensificação do trabalho e das tentativas de controle das pragas. Diferentemente do manejo convencional, no qual os herbicidas e pesticidas matam todas as espécies de “plantas invasoras”, os insetos e fungos, o manejo agroecológico de atividades como a horticultura demanda a limpeza

manual constante dos canteiros, para que outras ervas não entrem em competição com as hortaliças (Fotos 2 e 3).



Foto 2. Trabalho manual de retirada de plantas invasoras na propriedade de Severino F. M. (Foto da autora: 04/07/2010)



Foto 3. Extermínio de plantas invasoras através de herbicidas em cultivo de berinjela em propriedades vizinhas. Sítios de Mocotó, Vitória de Santo Antão. (Foto da autora: 04/07/2010)

O controle dos insetos e pragas é feito com o uso de defensivos naturais como caldas repelentes feitas a partir de pimenta, alho, fumo, arruda, nim. Seu Paulo relata como antes utilizava os agrotóxicos e o que mudou com a conversão para a produção “dos orgânicos”:

Usava esterco e usava NPK também. Agora a gente não usava compostagem né, isso aí que não existia. Era o esterco direito, de galinha, sem compostagem, largava adubo e veneno, o negócio era esse. Aí, agora que passamos pro outro, foi que entramos na compostagem. Adubo, (você viu o adubo que a gente usa?). Com mamona, o adubo é esse. E têm aqueles outros preparo (...). Aqui a gente usa o alho, a pimenta, com álcool e o sabão (Paulo, M. S., 50 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

O que não é fácil no começo. Vários agricultores camponeses relataram que até aprender as dosagens certas para cada tipo de cultivo foram várias experiências de tentativa e de erro, muitas vezes com perda de boa parte da produção. Mesmo com mais experiência o controle das pragas é uma das dificuldades mais citadas pelos agricultores camponeses, oito deles reclamaram dificuldade de combater todas as pragas, como grilos, mesmo com os defensivos naturais.

Em relação à adubação a principal mudança foi a substituição do NPK por composto feito com esterco bovino misturado a palha, resto vegetais secos que é deixado em decomposição e fica pronto para uso após seis a oito semanas (Foto 4):



Foto 4. Composto orgânico em processo de decomposição, propriedade de Paulo M. S. (Foto da autora: 04/07/2010)

Também há o uso de biofertilizantes caseiros feitos com restos de plantas, alimentos e esterco (foto 5) ou comprados como o biofertilizante da casca da mamona (foto 6, citado acima por Seu Paulo) utilizado por cerca de cinco dos agricultores camponeses entrevistados.



Foto 5. Biofertilizante a base de esterco bovino, restos de alimentos e plantas secas, propriedade de Severino F. M. Sítios de Mocotó, Vitória de Santo Antão. (Foto da autora: 04/07/2010)



Foto 6. Biofertilizante feito da casca da mamona. (Foto da autora: 04/07/2010).

As técnicas de uso do solo e de plantio também se modificaram, sete dos agricultores camponeses afirmavam que desconheciam e não utilizavam curvas de nível, outros três destacaram a questão do uso das queimadas para preparar o solo. Atualmente já não utilizam mais o fogo como forma para preparar a terra e também a curva de nível para proteger o terreno da erosão (foto 7).



Foto 7. Sistema de irrigação por microaspersão e plantio feito em curvas de nível. Propriedade de Severino F. M. Sítios de Mocotó, Vitória de Santo Antão (Foto da autora: 04/07/2010).

O restante comentou que continuam da mesma forma, utilizando canteiros, leirão e covas para o plantio sem saber identificar ainda o que seria o plantio em curva de nível. No sistema atual a rotação de culturas e a utilização de cobertura morta foram técnicas destacadas pela maioria, o pousio, no entanto, não é feito por todos pela questão já destacada da carência de terras disponíveis.

Sobre a irrigação apenas dois agricultores camponeses trabalham com irrigação por micro-aspersão em parte da propriedade. A maioria faz a irrigação manual, cuja água provém de diversas fontes como poço, riacho, cacimba ou açudes. Outro problema apontado por doze agricultores camponeses foi a questão climática, a concentração das chuvas em um período mais reduzido do ano prejudica a produção, pois o excesso de solo ou chuvas interfere no crescimento das plantas e causam danos as folhagens, mas este é um aspecto que interferia da mesma forma antes da TA.

Todas estas modificações que proporcionadas pelo processo de TA foram e são desafiadoras, mas trouxeram uma consciência muito grande ao agricultor camponês que agora procura trabalhar junto com a natureza, observando seus ciclos, as necessidades de cada plantação, através de cuidados que são diários e do desenvolvimento de uma relação de amor com a terra. Todos passaram a reconhecer algum tipo de dano causado pelo sistema convencional. Seu Severino apresenta uma fala esclarecedora e comovente sobre estes problemas:

A questão do convencional para agricultura familiar é um modelo hoje que está descartado, porque é um modelo de agricultura industrial que não está bem pro agricultor não. Primeiro ponto, que não cai bem por agricultor familiar... É a família ter a sua renda da propriedade e ter a sua alimentação da propriedade. No convencional a pessoa produz e ela mesma não come a produção que faz. Isso aí já é assim, um grande desfalque dentro da comunidade, da propriedade, porque está trazendo danos pra natureza. Vem produzir com agrotóxico que está contaminando os mananciais, as nascentes, deteriorando tudo, trazendo compactação ao solo, danificando o solo com erosão. Porque usando herbicida pra cima, mata todo mato, aí vem a chuva, danifica a sua propriedade. Como hoje dentro da minha comunidade tem propriedade que não presta mais pra nada, porque a maneira errada que faz de agricultura, elas mesmas acabaram com a própria área delas. Tem pessoas, aqui mesmo, que não usa curva de nível, vem a chuva leva toda terra fértil, só fica o barro mesmo. Porque a propriedade não está prestando pra nada, ele num valoriza nada do que tem na propriedade, tudo que precisa vai comprar fora. É tão justo isso que ele é consciente, porque ele tem a produção e nem pros animais ele bota, ele joga fora. Né agora veja, como fica o ser humano... ele não bota pros animais, mas bota pro outro ser humano comer, que é um ser igual a ele (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

Assim perceber como no sistema convencional exaurem as bases para a manutenção da família camponesa auto-suficiente, destrói os laços de relações harmônicas entre o homem e a terra, pois está ligada uma visão utilitarista e fragmentária da natureza, levando ao desequilíbrio ambiental, social e do próprio ser humano.

Os agricultores camponeses destacaram que todas estas mudanças levaram melhoria da fertilidade do solo e da produtividade e uma diminuição dos gastos com a

produção. Além do mais o preço, entre 15% a 30% a mais do que o produto convencional (segundo as informações dos agricultores) pago pelos produtos agroecológicos compensam o aumento da intensidade do trabalho.

São tais transformações que diminuem a dependência do agricultor camponês do uso de insumo externos e capital e promovem, em certa medida, uma ruptura com o movimento de monopolização do território pelo capital. Quando os meios de produção são obtidos através do trabalho na propriedade e é pago uma preço justo por seus produtos a renda territorial camponesa não é mais apropriada pelo capital e permanece produto do trabalho familiar (CHAYANOV, 1981) e (MARTINS, 1985).

A implementação de sistemas de cultivo diversificados é outro aspecto fundamental que ocorreu nas propriedades dos agricultores camponeses. Destaca-se o grande aumento na variedade de plantas e artigos de origem animal produzidos e comercializados (Tabela 3):

PRODUTOS COMERCIALIZADOS		
Nº de Agricultores	Sistema convencional	Sistema agroecológico
Dois	Não plantavam antes. Trabalho no corte da cana e outras propriedades.	Frutas: Guabiraba, acerola, pitomba, jaca, manga, coco verde, coco seco, siriguela, banana, tamarindo, fruta pão, laranja, limão, cajá. Raízes: cenoura, beterraba, nabo, rabanete, batata doce, macaxeira, cará, inhame. Hortaliças: acelga, couve lisa, couve chinesa, chicória, agrião, rúcula, almeirão, brócolis, alfaces, coentro, salsa, repolho, cebolinha, alho poro.
Dois	Alguns tipos de frutas: banana, manga, goiaba, maracujá	Verduras: quiabo, maxixe, jerimum, berinjela, tomate cereja. Outros: feijões, vagem, milho, manjerição, alecrim, hortelã, mudas de ervas, sementes, flores tropicais (heliconias).
Quatro	Raízes e grãos: feijão, milho, inhame, batata doce, macaxeira, cana-de-açúcar.	Produtos de origem animal: ovos, galinha, (carne de bode sob encomenda), mel, mel com favo, própolis, Produtos processados: bolos, pães, pastéis, tortas, bolachas, biscoitos, doces, licor e polpa de fruta, massa de mandioca, goma, entre outros.
Seis	Hortaliças: alface, coentro e cebolinha. Verduras, legumes, grãos, raízes: feijão, milho, macaxeira, batata doce, chuchu, berinjela, pepino, pimentão.	

Tabela 3. Produtos Comercializados antes e depois dos processos de TA.

A diversificação das espécies vegetais observada é grande e trouxe para o cotidiano dos agricultores camponeses variedades de legumes, hortaliças que eles mal conheciam antes. Em relação à produção animal quatro agricultores camponeses não tinham nenhum tipo de criação; outros três criavam apenas gado bovino, depois do processo de TA todos passaram a criar gado, galinhas e caprinos, principalmente. O restante dos agricultores camponeses manteve ou ampliou as criações já possuíam como, bovinos, caprinos, ovino, suínos.

Esta diversificação da produção é fundamental no processo de TA, pois rompe com o ciclo de cultivo de uma só ou poucas espécies. É a diversificação que garante ao agricultor camponês sua autonomia, a manutenção de sua família através do que é produzido na terra e permite que ele tenha várias opções para a alimentação e comercialização ao longo de todo o ano, o que ajuda a manter um nível de satisfação e de renda mais constante. Tal autonomia é bem retratada no seguinte depoimento:

Antes só plantava chuchu, berinjela, jiló, feijão, pronto, quando se acabava aquela safra ninguém ia comer aquilo ali, entendeu (...).O que acontece: eu tinha produção e não comia da produção. O que acontece? Eu tinha que comprar fora. Isso mudou muito, porque a pessoa quando se interessa do assunto de tratar o orgânico, ele aprende muitas coisas, aprende pelo menos a ter um respeito pela natureza e o produtor convencional não tem esse respeito. O negócio dele é ser oportunista, o momento que ele quer se dar bem e esse se dar bem dele termina no se dar mal. Porque ele explora tanto os recursos naturais que destrói tudo, essa aí é a realidade. Hoje a gente produz e se alimenta do que a gente produz. Assim, antes uma feira que eu fazia fiado, porque ficava sem dinheiro. E agora se eu ficar sem dinheiro eu passo até um mês, dois, três meses comendo, sem necessidade de comprar um pão, sem necessidade de comprar um pacote de fubá porque tem uma macaxeira, tem uma batata, tem uma banana, tudo a gente aqui tem aqui, a gente faz e come. (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010)

Está fala também esclarece como o agricultor camponês já percebe a importância de suas mudanças e de seu papel na manutenção dos recursos naturais e da soberania alimentar. Retrata uma situação de dependência do capital para cultivar uma produção que não se consumia, além de ter que comprar de outros sua alimentação, que agora já pode ser totalmente obtida da propriedade. Além da crítica a insustentabilidade da produção convencional e a falta de visão destes agricultores que no uso excessivo dos recursos da propriedade e de insumos externos acaba levando a deteriorização de suas condições de produção.

Além disto, cerca de cinco agricultores camponeses fazem beneficiamento de seus produtos, como fabricação de bolos, pães, polpas, doces, canjica, goma e massa de mandioca e três dos produtos de origem animal, mel, própolis, galinhas abatidas e limpas, lingüiças e carnes de bode sob encomenda, o que ajuda a agregar valor aos produtos comercializados (Foto 8).



Foto 8. Produtos beneficiados por agricultores do EABV. (Foto da autora, 10/09/2010)

Nas relações de trabalho nas propriedades quanto a questão de gênero notou-se que o processo de TA não interferiu de forma significativa, pois esta já era uma figura incluída nas atividades agrícolas anteriormente, “todos sempre fizeram um pouco de tudo” como relata os agricultores camponeses. Apenas um agricultor afirmou que a mulher sempre realizou somente as tarefas domésticas.

Já em relação à contratação de mão-de-obra, por se tratar de um processo onde muito trabalho é despendido, cerca de metade das famílias, com o número de membros mais reduzido, contrata trabalhadores temporários para complementar a força de trabalho familiar, o que acontecia de modo bem menos significativo antes da TA. Geralmente são contratados trabalhadores um ou dias na semana ou por temporadas quando o trabalho é mais intenso. O Sr. Severino, coordenador da EABV mantém um trabalhador quase que de modo permanente devido aos seus compromissos com questões sociais:

Olha... não por tempo, dois dias de serviço, tinha um menino que dava dois dias de serviço toda semana, toda semana. (...) É né, eu num seguro todo tempo, isso por modo de um avanço, n/é? Um tempo desse o mato avança muito. O resto é com nós aqui em casa. (Paulo, M. S., 50 anos em entrevista concedida em 05/07/2010)

Sempre tem pessoas que me ajuda né, tem pessoas que me ajuda por dia, outras fica a semana toda. Sempre teve pessoas que me ajuda, porque dar conta de tudo só é impossível. E eu principalmente, porque no tempo que eu me inseri no processo, se eu não saísse pra trabalhar questão social, trabalhar para os outros, vamos dizer assim, a minha situação era bem melhor. Você mesmo está aqui, você observa que é assim, eu saíu muito pra resolver problema dos outros, enquanto a minha propriedade fica descoberta. Aí eu tenho que coloca uma pessoa pra repor o meu trabalho, porque se não for assim eu não vou pra canto nenhum. Aí na realidade eu

sempre tenho uma pessoa pra me ajudar, porque eu saio muito pra resolver problema dos outros. (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010)

Como já foi apontado por Oliveira (2001) a utilização deste trabalho acessório não descaracteriza estes agricultores da condição de camponeses. Pois o dinheiro gasto no pagamento de salários ou diárias ao trabalhador não constitui capital e sim representa uma redução do rendimento da família. É preciso avaliar que o perfil da família no meio rural tem se modificado, não são todas as famílias que possuem um grande número de filhos e estes, mesmo que motivados a seguir trabalhando com a agricultura agroecológica tem tempo limitado para auxiliar nas tarefas da propriedade, seja por causa dos estudos ou de outras atividades executadas no meio urbano, por exemplo.



Foto 9. Trabalhadores contratados na propriedade de Severino F. M. realizando plantio de mudas. Sítios de Mocotó, Vitória de Santo Antão (Foto da autora, 06/07/2010).

Avalia-se que o uso deste tipo de mão-de-obra pode ajuda a disseminar estes novos processos produtivos no campo. O trabalhador que não tem tido condições ou prejuízos com sua propriedade no sistema convencional pode acompanhar de perto, através deste trabalho acessório, as experiências com práticas agroecológicas que tem sido bem sucedidas e encorajar-se a engajar neste sistema.

Todo este processo de TA só foi possível com a ajuda de técnicos especializados aos agricultores camponeses que apresentavam interesse em produzir agroecologicamente. Sendo assessorados por entidades como o Serta e o Centro Sabiá e o IPA e incentivados a mobilizarem suas próprias associações. Nenhum dos agricultores

camponeses entrevistados tinha tido qualquer tipo de assistência técnica anteriormente e apenas dois participavam de associações da comunidade. Estas entidades estiveram mais próximas no começo do processo.

O apoio destas entidades parceiras e das associações pode ser percebido pela oferta de qualificação e crédito. Nenhum dos agricultores camponeses tinha feito qualquer capacitação anteriormente e para iniciar o processo de TA, onze destes fizeram alguma capacitação sobre plantio ou comercialização. Anteriormente nenhum tinha acessado a empréstimos, mas para cobrir despesas que surgiram ou realizar novos investimentos cinco fizeram empréstimos através do antigo PRONAF e quatro empréstimos de menor valor nas próprias associações.

À medida que a feira foi se consolidando a assistência técnica passou a ser oferecida por técnicos contratados pelas próprias associações e também através de intercâmbios e visitas entre os próprios agricultores camponeses. Entretanto, a assistência técnica ainda é um grande desafio, dada a dinamicidade dos sistemas agroecológico sempre surgem novos problemas ou a necessidade de modificações para melhor aproveitamento dos recursos. Além disto, é o intercâmbio entre o conhecimento técnico/científico e saber do camponês que permitem os avanços da Agroecologia, os próprios agricultores camponeses mostraram-se cientes disto:

Outra coisa que também dificulta muito, que é uma coisa que tem dentro do orgânico, era de ter um técnico n/é... sempre dando aquela assistência. Porque tem muitas coisas que é que nem eles diz: a gente vem aqui para apreender, ensinar alguma coisa e apreender também, porque a gente que trabalha na área a gente conhece muito bem a terra (...). Então os técnicos quando chega aqui, ele estudou, sabe. Leva a terra, o cabra faz análise e ali ele está sabendo o que está faltando. Mas a gente que já ta acostumado trabalhar na área da terra, a gente já sabe aquela área que dá melhor aquela mercadoria. Aqui eu já sei, gosto de plantar rúcula, mas mais para baixo ela sai melhor do que lá em cima. Agora tem muitas coisas que a gente não sabe e ele que estudou sabe, orienta: – Olhe, isso aqui está precisando disso, daquilo. Então uma das coisas que falta aqui é um técnico (Paulo, M. S., 50 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

Mas o próprio agricultor camponês também admite que é preciso organizar-se melhor para reivindicar a assistência necessária:

Olha a gente em reunião fala assim com Dra. Cristina, (IPA), ela sempre dá uma força aqui e o IPA está disponível para gente buscar. Mas tem aquele lado, às vezes o produtor, até na reunião eu disse, às vezes o produtor está errado, porque o produtor tem e não vai buscar, ele tem que fazer a parte dele também, procurar. Mas também, eles só querem vim se for para um grupo, é como uma associação... Aí se o

camarada tá lá sitio, isolado, só, aí acabou-se (Paulo, M. S., 50 anos em entrevista concedida em 05/07/2010) .

Esta fala é bem interessante, pois ressalta a questão da necessidade do agricultor camponês trabalhar coletivamente, organizar-se em associações, em redes para ter maior força para reivindicar seus direitos. As experiências agroecológicas representam pontos isolados em meio a um espaço rural dominado ainda pelo modelo da agricultura convencional. Entretanto, a partir do momento em que estas experiências se articulam, promovem-se feiras, intercâmbios, associações, cooperativas, estes pontos passam a se articular em redes, compondo uma organização sócio-espacial ligada a idéia de territórios-redes discutida por Haesbaert (2005).

É somente através destas articulações que o agricultor camponês pode ampliar os espaços de discussão sobre a questão agroecológica, sobre a necessidade de o governo atender estas novas demandas da agricultura camponesa e fazer cumprir as orientações já expostas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), da Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento e Agrário.

É preciso pensar também uma assistência técnica contínua e com uma visão mais ampla, que um tenha noção do que é possível, ao longo de quanto tempo, dentro das propriedades camponesas em relação às práticas agroecológicas. Mais uma vez a fala de Sr. Paulo sobre uma técnica que ocasionalmente aparece pelos sítios e que um dia deu uma opinião negativa a respeito das propriedades agroecológicas de Mocotó, mostra a falta de clareza da própria assistência quanto a diferenciação do sistema orgânico, para o agroecológico e que as grandes propriedades orgânicas não são necessariamente os melhores exemplos a ser seguido pelos agricultores camponeses.

Tem uma menina, mas pra projeto, ela está lá no convencional e tá com orgânico. É a técnica, mas não tem tirar um dia no mês pra vim, o negócio é projeto, projeto, projeto. Eu sei que para o orgânico aqui está faltando muita coisa. Aí essas pessoas visitaram uma fazenda lá em São Paulo, dos cabras que é fazendeiro e tem condição, aí tem os negócio tudo chique. Aí quando chega aqui e vê aqui os pé de poeira que não tem condição pra nada, quer que os daqui seja igual os de lá. Como é que pode ser? Teve até uma reunião que ela disse, aqui de orgânico não tem é nada. Aí eu fico olhando assim, porque o objetivo da gente, quando a gente parte pro orgânico é não usa veneno, aí estamo nesse sentido. Só que o orgânico não é só isso, o orgânico é muito mais coisa (Paulo, M. S., 50 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

O aspecto da assistência atrelada à realização de projetos também é um fator complicador de um acompanhamento mais abrangente da propriedade. Muitas linhas de

projetos para o meio rural ainda não estão adequadas à lógica da produção agroecológica, diversificada. Muitas vezes o projeto é para um único cultivo e depois do tempo de carência do projeto não há continuidade do acompanhamento técnico.

Deste modo, necessita-se de uma assistência que favoreça a busca de soluções através de um melhor planejamento da propriedade e também das formas de comercialização. Quando questionados sobre a realização de algum tipo de planejamento apenas um agricultor camponês afirmou elaborar algum tipo de planejamento antes dos processos de conversão agroecológica. Posteriormente, este número subiu para dez. Contudo, apenas três afirmaram fazer um planejamento mais elaborado, sobre a produção e a comercialização, com a realização de anotações periodicamente. O restante faz mais um acompanhamento das vendas, sem uma periodicidade certa e anotações mais sistematizadas. A maioria não tem tempo para se dedicar ao planejamento diante da grande demanda das atividades agrícolas. Acredita-se também que o baixo nível de escolaridade influencia esta questão.

É preciso especificar se ressalta a importância do planejamento na produção e comercialização simplesmente para auferir uma maior renda. Mas, na organização territorial da propriedade, a fim de renovar e dinamizar o agroecossistema para ampliar a qualidade do ambiente e da vida do êe dos consumidores. Para tanto se destaca o papel da educação e do (auto)reconhecimento do agricultor camponês.

A respeito dos processos de comercialização antes os agricultores camponeses comercializavam seus produtos nas feiras locais ou vendiam para atravessadores ou mercados da cidade. Hoje, do total de entrevistados, cinco comercializam seus produtos em outros lugares, além do EABV, como a feira do CEASA, do bairro do Espinheiro e no Campus da Universidade Federal de Pernambuco. O quadro comparativo a seguir destaca as dificuldades envolvidas na comercialização dos produtos. (Quadro 1):

Dificuldades envolvidas na comercialização	
Antes da TA	Depois da TA
Venda para o atravessador.	Os gastos altos com o frete.
Baixo preço dos produtos mesmo na comercialização direta.	As condições ruins das estradas, principalmente nas épocas chuvosas.
Dificuldades com transporte e má conservação das estradas.	O cansaço nos dias de feira, as distâncias e as más condições da viagem.
	Garantia da origem orgânica dos produtos.

Quadro 1: Dificuldades envolvidas na comercialização. (Organizado pela autora, 2010)

A eliminação dos atravessadores e melhora dos preços dos produtos são aspectos muito comemorados pelos agricultores camponeses. Contudo, ainda são muitas as dificuldades que os agricultores camponeses passam para comercializarem seus produtos, algumas recorrentes, como problemas de infra-estrutura das estradas nas zonas rurais. Outras novas, como os custos elevados com o frete de suas cidades até o Recife e a rotina cansativa de preparação da feira como relata o agricultor camponês a seguir:

Agora, o transporte é o vilão da história pra quem está entrando, iniciando. Hoje a gente está com transporte financiado pelo banco, mas também estou com dificuldade pra pagar esse transporte também (...). Pra começo, na cidade da gente, o pessoal, praticamente, pouco valoriza. A gente tem se deslocar daqui pra ir pra Recife. Eu acho que não devia ser assim, mas infelizmente está sendo assim. E quando a gente sai daqui pra Recife dá 80 Km mais ou menos. Isso aí, é 80 km pra ir e para vim, entendeu!?! Aí tem uma forma de se organizar lá que requer tempo, aí eu num acho isso uma coisa muito boa (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

A rotina de preparo da feira já começa no dia anterior há muito trabalho com a colheita, a separação, lavagem e organização dos alimentos nas caixas. É preciso acordar de madrugada por volta de 01:00, 02:00 da manhã para partir para o Recife. A viagem para muitos agricultores camponeses é arriscada, pois muitos têm que viajar ilegalmente, escondidos, sem conforto, enfrentando vento, chuva, na carroceria do caminhão, junto às mercadorias. Ao chegar preparar toda a estrutura dos bancos (o que em certos dias é muito difícil em dias de vento forte vindo do mar) e organizar as mercadorias para que a feira comece por volta das 5:00 da manhã.

A questão da garantia da origem orgânica dos produtos foi levantada por alguns agricultores camponeses, vários destes comentam que em outras feiras de ‘orgânicos’ existem agricultores que agem de má fé e misturam produtos de origem convencional

em meio a produção orgânica. Eles consideram que deveria ter uma maior ação dos órgãos de fiscalização para evitar este tipo de problema.

Surgem questionamentos também sobre os limites de absorção da produção que a feira possui e a necessidade de se criar mais espaços de comercialização:

Ainda hoje pra agricultura orgânica ganha mais espaço precisa de um maior investimento na questão da venda, maior garantia na questão da venda. Porque feiras, tão vendendo bem, são muito boas, mas ainda é um mercado muito limitado, porque quando você produz mais um pouquinho você sobra, e na sobra você quebra. E a questão quando você limita muito a produção a tendência é sempre falta e quando você planta numa escala maior... é aquela versão, o muito sempre tem vergonha de dá pouco... se você planta em uma escala maior você sempre vai ter a mercadoria, em escala menor depende do período do ano, porque você fica sem a produção, é essa a dificuldade que a pessoa encontra (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

A discussão por novos espaços de comercialização é imprescindível, para que os agricultores camponeses possam ter uma produção e um retorno mais regular. Uma das opções para absorção desta produção é a venda para merenda escolar, hoje já existe leis que obrigam os municípios a adquirir parte dos alimentos da merenda escolar direto dos “agricultores familiares”. Dois dos agricultores camponeses da feira já estão inseridos neste processo, a maioria do restante relatou fazer doação do excedente que não é vendido na feira e nem pode ser totalmente consumido pela família.

Um das questões principais da pesquisa sobre a melhoria da qualidade de vida dos agricultores camponeses e como estes se vem como construtores destas novas territorialidades é bem expressada pelos seus depoimentos sobre as mudanças possibilitadas pela conversão ao sistema agroecológico.

Um dos principais aspectos destacados é a melhoria no nível de renda e do poder aquisitivo, tanto absoluto quanto relativo, pois de acordo com os depoimentos a renda com a comercialização agroecológica passou a ser em média o dobro do que se conseguia anteriormente, ou até mesmo triplica nos períodos de maior produção. O aumento relativo da renda é notado pela diminuição dos gastos com a produção, já que o custo com insumos diminuiu. Além disto, há uma maior estabilidade da renda, mesmo com a sazonalidade da produção, pois os agricultores camponeses afirmam a vantagem de já ter um preço mínimo definido que será pago pelo seu produto – todos os produtos são tabelados, possuindo um valor mínimo e máximo de renda que varia de acordo com sua disponibilidade ao longo do ano.

Outro aspecto fundamental é a mudança na alimentação e a melhoria da saúde, todos os agricultores camponeses destacaram que a alimentação da família mudou e melhorou muito, pois agora se consome produtos limpos, sem agrotóxicos. A fala de dona Josefa ilustra bem como o cenário de uma reduzida diversidade alimentar, dos monocultivos construído a partir do processo a Revolução Verde agora é quebrado: *“Agora melhorou a alimentação da família, a gente come verduras que nem conhecia antes, beterraba, cenoura, um monte de folhas diferentes, rúcula...”* (Josefa, entrevista concedida em 26/06/2010). (Fotos 10 e 11)



Foto 10. Monocultivos de coentro nos sítios de Mocotó, Vitória de Santo Antão. A maioria dos sítios que trabalham com agricultura convencional da região produzem poucas espécies, prevalecendo o coentro, alface, cebolinha, a exemplo da ilustração. (Foto da autora, 04/07/10).



Foto 11. Diversificação dos cultivos, em uma pequena área são plantados vários tipos de hortaliças, plantas medicinais e espécies frutíferas. Sítio de Paulo M. S. Vitória de Santo Antão. (Foto da autora, 04/07/10).

A venda direta dos produtos no EABV também proporcionou o conhecimento de novas pessoas uma convivência diferente com a sociedade que não acontecia anteriormente Este contato direto com o consumidor contribui para a valorização do agricultor camponês, uma vez que muitos consumidores procuram ter um contato próximo, saber como é o dia-a-dia do agricultor camponês, como os alimentos são produzidos. Assim, o território construído pela feira se expressa muito além da simples troca comercial, é o espaço de discussão, sobreposição, interseção, hibridização entre especificidades do meio rural e urbano (BRASILEIRO, 2010). Esta sobreposição do espaço rural e do urbano no espaço da feira ressalta a idéia a interdependência universal dos lugares, destacada por Santos (2005).

A mudança do comportamento do agricultor camponês em relação à natureza também foi outro aspecto fundamental destacado. Hoje se tem mais trabalho, mas se trabalha junto com a natureza, ajudando o meio ambiente, a família e os consumidores, lida-se com uma diversidade muito maior na produção. Alguns agricultores camponeses destacaram a questão da presença de espécies da fauna que não apareciam em suas propriedades antes, como alguns tipos de pássaros e sagüis. (Foto 12):



Foto 12. Convívio entre os agricultores e consumidores no EABV, “um encontro com a qualidade de vida”. (Foto da autora, 10/09/2010)

Estas novas relações refletem diretamente na auto-valorização do agricultor camponês e seu papel na mudança de consciência das pessoas ao seu redor. Mais uma vez o depoimento de seu Severino esclarece o problema do preconceito sofrido pelos agricultores camponeses e a transformação na visão sobre si mesmo nesta nova linha de trabalho:

Porque hoje tá um sério problema. O agricultor vai tirar um documento, aí chega lá e diz: eu sou motorista, sou pintor, marceneiro, tem vergonha de dizer que é agricultor. Agora por quê? Começa logo a discriminação! Quando a agricultor chega na cidade, na maioria das vezes: ‘olha o matuto do pé rachado’! Mas na maioria das vezes, são pessoas que tão se beneficiando da produção desse matuto do pé rachado. Aí veja, hoje eu me sinto orgulhoso de dizer assim, àquele pessoal que me chamava de matuto do pé rachado, que me chamava de besta e que por trás disso vivia comendo do meu suor. Hoje se essas pessoas, se eles quiserem comer de outra maneira, plante da forma que eu estou plantando, cultivando a terra. Eu tirei os atravessador do meio pra mim foi muito satisfatório. Vender direito ao consumidor pra mim é um prazer, isso pra mim foi muito gratificante (Severino F. M., 42 anos em entrevista concedida em 05/07/2010).

As observações na feira e depoimentos como este nos ajudam a perceber como a vida destes agricultores camponeses se transformou, seu cotidiano, a forma de lidar com a terra, com a natureza, como organizar o espaço, construindo territorialidades que permitem que o campesinato se reproduza de forma digna e não submetido à lógica do capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos analisados nos mostram que o processo de transição agroecológica trouxe muitos benefícios para vida dos agricultores camponeses, apesar das dificuldades enfrentadas e que ainda permeiam seu cotidiano. A mudança na organização do território na propriedade mostra uma diminuição da necessidade de capital para manter a produção. O que nos confirma a idéia de que há um movimento de ruptura no processo de monopolização do território pelo capital nas propriedades com agriculturas de base agroecológica. O camponês não tem mais suas práticas subordinadas pela lógica de financiamento e circulação do capital.

É preciso refletir o circuito produtivo, de comercialização e as redes de articulação de agricultores camponeses agroecológicos, ONG's, associações, feiras, etc. Quais são os sujeitos que influenciam estes territórios? De que maneira eles atuam? Quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?

No sistema de agricultura sustentável o agricultor camponês conseguiu uma maior autonomia sobre sua produção e garantiu a soberania alimentar de sua família. Em relação aos espaços de comercialização, sua localização tem prevalecido em locais onde o rendimento médio da população é mais alto, ou seja, a territorialização dos espaços das feiras está relacionada em certa medida ao nível de renda da população consumidora, mas tal fato tem se modificado à medida que aumentam o número das feiras em Recife.

Outro aspecto são as formas de financiamento para processos de transição agroecológica. A maioria dos agricultores camponeses do EABV se inseriu neste processo com recursos próprios, através do auxílio técnico das ONG's. A maioria destas entidades da sociedade civil trabalha desenvolvendo projetos para captar recursos – sejam do governo ou outros órgãos de financiamento – e assim promover as ações entre os agricultores camponeses. É este tipo de ação que vem garantindo o avanço das práticas agroecológicas no estado.

Entretanto, sua ampliação e consolidação seriam mais favorecidas com a efetivação de políticas públicas, que possibilitassem, realmente, a autonomia do agricultor camponês e diminuísse a dependência da ação de ONG's que possuem uma

capacidade limitada para conscientizar e atender aos agricultores camponeses. Somente uma maior difusão das práticas agroecológicas e de organizações autônomas dos agricultores camponeses podem diminuir os entraves da comercialização, como os redução dos gastos com fretes, a criação de mais feiras, em bairros com níveis de renda diferenciados e a criação de feiras nas próprias cidades dos agricultores camponeses, venda para abastecimento de setores públicos.

Como discute Santos (2001), o que ocorre em relação às práticas agroecológicas é que há um controle local da parcela técnica da produção, mas ainda um controle remoto da parcela política, dos mecanismos que podem garantir autonomia a estes agricultores camponeses. Daí a importância da articulação dos territórios-redes, formados por agricultores camponeses, ONG's, feiras, universidades, escolas técnicas, setores governamentais, articulados a serviço da difusão da agricultura de base ecológica e de comercialização justa. Territórios-redes que possam congregam forças e movimentos de luta capazes de tonar maior também o controle político da produção/comercialização, em uma escala maior. Lutar para começar fazer valer as orientações da PNATER, nas escalas regionais e locais.

Maiores incentivos seriam fundamentais para difundir cultivos que garantissem a presença da biodiversidade, dos recursos genéticos e da segurança e soberania alimentar, uma vez que é a produção camponesa que garante maior parte o abastecimento do mercado interno, que alimenta verdadeiramente a população brasileira. (OLIVEIRA, 2001).

Entre estes incentivos estaria uma qualificação de processos educativos vinculados tanto das questões de produção, comercialização e consumo quanto da consciência política a respeito da importância da luta pelo acesso e direito de permanência na terra. Pois, em um país de estrutura fundiária extremamente desigual como o nosso, mesmo com técnicas de preservação dos recursos, as pequenas propriedades teriam limites para garantir a sustentabilidade de famílias que queiram se manter no campo, como discute Mariano Neto:

Em escala prolongada, nas áreas com a propriedade da terra extremamente concentrada, o agricultor familiar, em sua pequena propriedade rural, mesmo que preserve o meio ambiente, tende a gerar desgaste em longo prazo. Somando-se isso a processos semelhantes em milhares de outras pequenas propriedades e ao descaso sócio-ambiental do sistema capitalista, tem-se uma realidade extremamente contraditória. Nesse caso, a propriedade da terra, controlada pela lógica do mercado

e interesses capitalistas, passa a ser um importante limitador de experiências com agroecossistemas. (MARIANO NETO, 2006, p. 96)

Daí a importância da mudança de perspectiva não estar ligada simplesmente a fatores ecológicos, mais políticos e sociais. Estes sujeitos – que agora se propõem a começar a construir uma sociedade mais justa e equilibrada, dando os primeiros passos, cuidando da melhor forma daquilo que nos alimenta – para garantir a reprodução de sua família nesta perspectiva, não podem ficar alheios dos problemas ligados ao acesso a terra. Bem como, as pessoas que vivem nas grandes cidades devem ser mais bem instruídas para perceber as relações intrínsecas entre a organização do território e as formas de viver nas áreas rurais e urbanas.

Percebe-se que o capital influencia nas formas de difusão do conhecimento e comercialização dos produtos agroecológicos, impõe certas limitações, através de sua territorialização desigual e contraditória, a reprodução da agricultura de base sustentável, como por exemplo, o tamanho reduzido das propriedades camponesas. O território-mercadoria, controlado pela dominação do capital ainda é o que prevalece como realidade. Mas aos poucos, este território vem sendo recortado, fraturado, por pontos de luz, de libertação da lógica que (re)produz o capital, libertação da idéia de que os homens podem dominar uns aos outros e a natureza. Este é um grande passo para uma mudança de valores e de paradigmas.

As sementes de um novo tempo já vêm sendo plantadas e cultivadas com carinho e dedicação. A consciência da terra, como nossa morada, nossa fonte provedora, a quem devemos um profundo respeito vem crescendo. As lições de nossos antepassados não foram completamente esquecidas e agora são reaprendidas e aliadas ao conhecimento moderno de forma holística. Os camponeses, cultivadores da terra, já vem abrindo este caminho, preparando a terra, semeando a luta pela apropriação do território, pela construção do território-habitat. Cabe a nós, intelectuais, cidadãos lembrar-nos de um dos simples e importantíssimo lema dos movimentos sociais do campo, “se o campo não planta, a cidade não janta”, para nos atermos a necessidade de plantarmos junto com os camponeses as sementes que alimentarão os povos do amanhã.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas da agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

PREFEITURA DO RECIFE. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife**. CD-Rom, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final. MDA/SAF/DATER, 2004. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>> Acessado em 20/06/2010.

BRASIL. **Lei n.º 10.831 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial União. Brasília, n. 250, Seção 1, p. 8. Dez de 2003.

BRASILEIRO, R. S. **Espaços híbridos da agricultura familiar**: a paisagem cultural das feiras agroecológicas do Recife-pe. In: Revista Eletrônica Geoambiente. Jataí, n.14, jan-jun/2010. Disponível em: <www2.jatai.ufg.br/ojs/index.php/geoambiente>, acessado em 03/08/2010.

CALLOU, A. B. F., **Extensão rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2007.

CAPORAL, R. COSTABEBER, A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SFA/DATER, 2007.

CAPRA, F.. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade ea Cultura Emergente. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. e STOLCKE, V. (org.). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ENLAZADOR, T. **Almanaque para práticas sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12284658/Almanaque-para-Praticas-Sustentaveis>> Acessado em 30/06/2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1983)

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record: 2004.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, mar. 2005.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: PNUMA e Ed. Vozes, 2001.

LIMA, A. B. **Assentamento apasa – PB: A agroecologia na construção de novas territorialidades**. Dissertação. Programa de pós-graduação em Geografia - UFPB, João Pessoa: 2008.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARIANO NETO, B. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no agreste /brejo paraibano:** desenhos arranjos e relações. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de pós-graduação em Sociologia - UFCG. Campina Grande, 2006.

MAZZETTO, C. E. S. **Assentamentos e outras formas de apropriação da terra e agroecologia.** In: Núcleo Executivo do I ENA. (Org.). Caderno de Texto do I Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002

_____. C. E. S. Territorialidade camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R., ARRAIS, T. A. (Orgs.) **Itinerários Geográficos**, Niterói: EdUFF, 2007.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SAHTOURIS, E. **A dança da Terra:** sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp. 4ª ed., 2006

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SCHORR, M. K. **A Agroecologia, Agricultura Biodinâmica e a Permacultura para as Áreas de Proteção Ambientais Brasileiras.** Brasília-DF. 1996.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVEIRA, N. D. **Indicadores de sustentabilidade ambiental em sistemas agroflorestais na mata atlântica.** (monografia de Graduação) UFRRJ, Seropédica, 2003. Disponível em:

<http://www.agrofloresta.net/artigos/indicadores_sust_saf_nina_duarte.pdf> Acessado em 30/06/2010.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, A. U.de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e construção da justiça social.** 2004.

ZAMBERLAM, J. & FRONCHETI, A. **Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

APÊNDICE

Observação: É importante destacar que o presente questionário serviu apenas para um roteiro das questões. Ao abordar os agricultores camponeses foi utilizada uma linguagem mais informal.

Questionário sobre processos de transição dos agricultores camponeses do EABV / N°.____

O presente questionário busca avaliar as modificações na configuração sócio-espacial de propriedades que passam/passaram por processos de transição agroecológica praticadas e percebidas por agricultores do EABV. Portanto as questões apresentadas referem há antes e depois de tais processos de transição.

1. DADOS GERAIS

1.1.Nome do município/localidade:_____

1.2.Gênero: _____ feminino _____ masculino

1.3.Idade:_____

1.4. Grau de escolaridade _____

1.5. Presença e acesso aos serviços básicos na comunidade onde mora:

Educação _____ Saúde _____

Água _____ Saneamento _____

1.6. Há quanto tempo iniciou o processo de TA? _____

2. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

2.1. Tamanho da propriedade:_____

2.2. Tamanho da área cultivada: antes: _____ depois: _____

2.2. Quais são as principais plantas cultivadas? Há plantas de uso medicinal?

Antes:_____

Depois: _____

2.3. Há uso de insumos externos? Se sim, quais?

Antes: _____

Depois: _____

2.4. Tem a criação de animais? Quais?

Antes: _____

Depois: _____

2.5. Características do solo e técnicas de manejo do solo utilizadas:

Antes: _____

Depois: _____

2.6. Acesso à água (captação, armazenamento, manejo e qualidade):

Antes: _____

Depois: _____

2.7. Obstáculos climáticos, do meio ambiente ou de infra-estrutura:

Antes: _____

Depois: _____

2.8. Possui algum tipo de assistência ou acompanhamento técnico?

Antes: _____

Depois: _____

2.9. Existe algum tipo de processamento dos produtos? Se sim, quais?

Antes: _____

Depois: _____

2.10. Atualmente toda área é plantada no sistema agroecológico?

2.11. Como são as propriedades dos vizinhos, no entorno da sua?

3. PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO

3.1. Utilizam-se planos de produtividade, cálculo dos custos de produção e comercialização e análise dos riscos?

Antes: _____

Depois: _____

3.3. A produção é regular o ano todo?

Antes: _____

Depois: _____

3.4. Como as tarefas são divididas entre as pessoas que trabalham na propriedade?

Antes: _____

Depois: _____

3.5. Participa de algum tipo de associação ou cooperativa? Qual(is)?

Antes: _____

Depois: _____

4. COMERCIALIZAÇÃO

4.1.Comercializa-se toda a produção que não é consumida? Em outras feiras ou em outros locais?

Antes: _____

Depois: _____

4.2.Qual é o nível de vendas e renda obtida com a comercialização?

Antes: _____

Depois: _____

4.3.Quais são as dificuldades envolvidas na comercialização dos produtos?

Antes: _____

Depois: _____

4.4.Já participou de alguma capacitação em gestão do processo de produção e comercialização?

Antes: _____

Depois: _____

5. Você acha que a mudança para cultivo agroecológico ajudou a fortalecer e melhorar seus conhecimentos e a qualidade de vida de sua família? De que maneira?

6. Qual foi sua motivação para fazer o processo de transição agroecológica em sua propriedade?
